



**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico
Atlântico de Escravos e da História dos Africanos
Escravizados no Brasil**

Abril 2013

Hebe Mattos – Universidade Federal Fluminense

Martha Abreu – Universidade Federal Fluminense

Milton Guran – Representante brasileiro da Rota do Escravo (UNESCO)

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

O trabalho de organização do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil foi coordenado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”. Reúne 100 Lugares de Memória e foi construído a partir da indicação e contribuição de diversos historiadores, antropólogos e geógrafos do país, após consultas e intensas trocas de informações. Sem essa generosa contribuição, inclusive na redação preliminar dos verbetes e indicação da bibliografia ou fontes de referência, não teria sido possível a reunião desse amplo material.

O avanço da pesquisa histórica sobre o tráfico e a escravidão em nosso país permitiu a reunião dessas 100 indicações, mas temos certeza que estamos longe de esgotar o Inventário. Esse trabalho deve ser entendido como um ponto de partida para novas e futuras ações (nos âmbitos federal, estadual e municipal), tanto no campo da pesquisa histórica, como no do ensino, educação patrimonial, divulgação e desenvolvimento do turismo cultural dos Lugares de Memória do Tráfico e História dos Africanos Escravizados no Brasil.

Demos prioridade às evidências documentais, escritas ou orais, da presença histórica e cultural dos africanos, com o objetivo de centrar o foco na ação e no legado dos recém-chegados. Por outro lado, sabemos que a lista seria interminável se tivéssemos optado por reunir os Lugares de Memória dos descendentes de africanos no Brasil. O inventário é sobre os locais onde é possível lembrar a chegada dos africanos ou identificar as marcas de sua presença e intervenção.

Escravizados em seu continente, entre os séculos XVI e XIX, muitas vezes em guerras internas entre os inúmeros reinos que existiam nas diversas regiões da África tocadas pelo tráfico, africanos de diferentes línguas e origens tornaram-se “escravos”, categoria jurídica de época, no Brasil. Aqui reorganizaram suas identidades, criando novos sentidos para suas referências africanas. Nos verbetes, utilizamos tanto o termo jurídico de época (escravo) quanto o adjetivo “escravizado”, que sublinha o caráter compulsório da instituição. Para referir às novas identidades africanas criadas nas

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Américas, respeitamos a diversidade de expressões utilizadas pelos especialistas consultados, refletindo diferentes cronologias, abordagens historiográficas e usos regionais.

Se, de início, foi uma tarefa difícil a separação entre africanos e afrodescendentes, o esforço foi recompensado. O leitor também ficará impressionado com as dimensões das ações dos africanos escravizados no Brasil. Para melhor compreensão e maior visibilidade dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos, organizamos os 100 Lugares em 7 diferentes temáticas, apresentadas a seguir:

1. Portos de chegada, locais de quarentena e venda

2. Desembarque ilegal

3. Casas, Terreiros e Candomblés

4. Igrejas e Irmandades

5. Trabalho e Cotidiano

6. Revoltas e Quilombos

7. Patrimônio Imaterial

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Portos de chegada, locais de quarentena e venda

1. Cafua das Mercês (São Luís – MA)
2. Rua do Bom Jesus (Recife – PE)
3. Cais da Cidade Baixa (Salvador - BA)
4. Porto de São Mateus (São Mateus - ES)
5. Complexo do Valongo - Cais do Valongo (Rio de Janeiro – RJ)
6. Complexo do Valongo – Cemitério dos Pretos Novos (Rio de Janeiro – RJ)
7. Complexo do Valongo – Mercado do Valongo – (Rio de Janeiro – RJ)
8. Ilha do Bom Jesus (Ilha do Fundão/Rio de Janeiro - RJ)
9. Porto Jaguarão (Jaguarão - RS)

Desembarque ilegal

1. Barra da Catuama (Goiana - PE)
2. Ilha de Itamaracá (Itamaracá - PE)
3. Praia de Porto de Galinhas (Ipojuca - PE)
4. Baía de Camanu (Camamu – BA)
5. Ilha de Itaparica (Pontinha/Vera Cruz – BA)
6. Praias de Manguinhos e Buena (São Francisco de Itabapoana – RJ)
7. Praias José Gonçalves e Rasa (Búzios - RJ)
8. Catedral do Santíssimo (Campos dos Goytacazes– RJ)
9. Ilha da Marambaia (Mangaratiba – RJ)
10. Bracuí (Angra dos Reis - RJ)
11. Sítio Arqueológico São Francisco (São Sebastião- SP)
12. Ilha do Bom Abrigo (Cananéia – SP)
13. Fortaleza da Ilha do Mel (Paranaguá – PR)
14. Ilha Campeche e Armação da Lagoinha (Florianópolis – SC)
15. Praia do Barco (Capão da Canoa – RS)

Casas, Terreiros e Candomblés

1. Casa das Minas (São Luís - MA)
2. Terreiro do Pai Adão (Recife – PE)
3. Casa de Tio Herculano (Laranjeiras - SE)
4. Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho-Ilê Axé Iyá Nassô Oká(Salvador - BA)
5. Terreiro do Alaketu - Ilê Maroiá Laji (Salvador – BA)
6. Terreiro do Gantois - Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê (Salvador – BA)
7. Terreiro do Bogum - Zoogodô Bogum Malê Hundó (Salvador – BA)
8. Roça do Ventura - *Zoogodô Bogum Malê Seja Hundé* (Cachoeira – BA)
9. Candomblé do Capivari (São Félix – BA)
10. Ilê Axé Opô Afonjá (Rio de Janeiro e Salvador/ RJ e BA)
11. Pedra do Sal (Rio de Janeiro - RJ)

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Igrejas e Irmandades

1. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Olinda – PE)
2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Recife - PE)
3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Igarassu (Igarassu – PE)
4. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto (Lagarto - SE)
5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Laranjeiras (Laranjeiras – SE)
6. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Cristóvão- SE)
7. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho (Salvador - BA)
8. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Rua João Pereira (Salv. - BA)
9. Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos de Cachoeira (Cachoeira - BA)
10. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Santo Amaro (Santo Amaro - BA)
11. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Diamantina (Diam. - MG)
12. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Mariana (Mariana - MG)
13. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de S. João Del Rei (S. J. D Rei - MG)
14. Igreja de Sta Efigênia ou de N. Senhora do Rosário do Alto da Cruz (Ouro Preto - MG)
15. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santa Luzia (Luziânia – GO)
16. Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia (Rio de Janeiro - RJ)
17. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Rio de Janeiro - RJ)
18. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Taubaté (Taubaté – SP)
19. Igreja de Nossa Sra do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo (São Paulo – SP)
20. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Florianópolis – SC)

Trabalho e Cotidiano

1. Praça do Pelourinho de Alcântara (Alcântara - MA)
2. Beco de Catarina Mina (São Luís – MA)
3. Árvore Baobá (Nísia Floresta – RN)
4. Mercado da Praia da Preguiça (Salvador – BA)
5. Ruínas das Senzalas do Engenho Freguesia (Candeias - BA)
6. Ruínas do Engenho Vitória (Cachoeira - BA)
7. Mina de Ouro do Chico Rei - Encardideira (Ouro Preto - MG)
8. Sítio Arqueológico do Morro de Santana (Mariana- MG)
9. Senzala da Fazenda Santa Clara (Santa Rita de Jacutinga - MG)
10. Chapada dos negros (Arraias – TO)
11. Caminho do Ouro - Estrada Real (Paraty –RJ)
12. Fazenda dos Beneditinos (Duque de Caxias - RJ)
13. Fazenda Lordelo (Sapucaia - RJ)
14. Fazenda e Senzala Machadinha (Quissamã - RJ)
15. Casa de Zungu – (Rio de Janeiro – RJ)
16. Estrada Velha São Paulo – Santos (SP)
17. Floresta Nacional de Ipanema (Real Fábrica de Ferro) (Iperó – SP)
18. Praça da Liberdade (São Paulo – SP)
19. Comunidade Quilombola Guajuvira (Curiúva – PR)
20. Invernada Paiol de Telha (Guarapuava - PR)
21. Porto de Desterro e Mercado Público (Florianópolis – SC)
22. Capela de Sant’ Anna (Florianópolis – SC)
23. Fazenda da Taperia da Barra do Sul (Florianópolis – SC)
24. Sítio das Charqueadas (Pelotas - RS)

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Revoltas e quilombos

1. Negro Cosme/ Balaiada (Vale do Itapecuru - MA)
2. Quilombo do Catucá/Malunguinho (Recife – PE)
3. Quilombo de Palmares (União de Palmares - AL)
4. Quilombo do Buraco do Tatu (Salvador - BA)
5. Engenho Santana (Ilhéus - BA)
6. Bairro de Itapoan (Salvador - BA)
7. Ladeira da Praça (Salvador - BA)
8. Campo da Pólvora (Salvador – BA)
9. Largo do Pelourinho (Salvador - BA)
10. Carrancas (Cruzília - MG)
11. Sítio Histórico do Patrimônio Kalunga (Cavalcanti, Monte Alegre e Teresina GO)
12. Manoel Congo (Vassouras/Paty do Alferes – RJ)
13. Quilombo Maria Conga (Magé – RJ)

Patrimônio imaterial

1. Tambor de Crioula (MA)
2. Maracatu (Recife - PE)
3. Samba de roda (Recôncavo – BA)
4. Capoeira (Rio de Janeiro/Salvador - RJ/BA)
5. Congado (MG, RJ, SP)
6. Ticumbi (São Mateus e Conceição da Barra – ES)
7. Jongo (RJ, SP, MG, ES)
8. Comunidades Remanescentes de Quilombo (em todo Brasil)

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Coordenação de Pesquisa:

Hebe Mattos
Martha Abreu
Milton Guran

Organização da Publicação:

Martha Abreu
Daniela Yabeta

Assistentes de Pesquisa:

Daniela Yabeta; Denise Vieira Demétrio; Fernanda Pires
Rubião; Lívia Nascimento Monteiro; Vanessa Gonçalves e Eline Cypriano.

Apoio acadêmico:

Ana Maud (Coordenação Labhoi), Mariza Soares e Paulo Knauss.
Adriana Pereira Campos; Agenor Sarraf Pacheco; Alexandre Almir; Alisson Eugênio;
Ana Carolina Prado; Ana dos Anjos; Ane Luise S. M. Santos; Andrea Ferreira Delgado;
Antonio Cesar Caldas Pinheiro; Beatriz Gois Dantas; Beatriz Loner; Beatriz
Mamigonian; Camila Agostinni; Carolina Martins; Carolina Vianna Dantas; Claudia
Damasceno Fonseca; Claudio Honorato; Cristina Wissenbach; Enidelce Bertin; Fábria
Barbosa Ribeiro; Fabiane Popinigis; Flávio Gomes; Giovana Xavier, Henrique Espada
Lima; Isabel Guillen; Jaime Rodrigues; Janira Sodrê Miranda; João José Reis; Juciene
Apolinário; Juliana Farias; Keila Grinberg; Lopes da Fonseca; Luis Nicolau Pares; Luiz
Geraldo Silva; Magno Francisco de Jesus Santos; Marcio Soares; Marcus Carvalho;
Maria Antonieta Antonacci; Maria Helena P.T. Machado; Lisa Earl Castillo; Maria
Loiola; Maria do Carmo Russo; Maristela Pinho da Silva; Mariana Bracks Fonseca,
Mathias Assunção; Mundinha Araujo; Nicolau Parés; Nilma Acciole; Paulo R. S.
Moreira; Rafael Sanzio; Rafael Soares de Oliveira; Regina Helena de Faria; Ricardo
Moreno; Rodrigo Weimer; Sandro Silva; Sarah Amaral; Sérgio Ferretti; Silvia Brügger;
Solange Barbosa; Suzana Barbosa; Thiago Campos; Urano de Cerqueira Andrade;
Valéria Gomes Costa; Victor Hugo Cardoso; Vinicius P. Oliveira; Walter Luiz Carneiro
Mattos Pereira; Wlamyra Albuquerque.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

1. Portos de Chegada, locais de quarentena e venda

A execução do tráfico atlântico de africanos escravizados envolveu a construção de portos, locais de quarentena e venda de africanos recém-chegados nas diversas cidades portuárias, ao longo do período colonial. A partir do final do século XVIII, o comércio negreiro começou a perder legitimidade no mundo Atlântico, até tornar-se ilegal na maioria dos países que o praticavam, no início do século XIX. Em 7 de novembro de 1831, o governo Imperial brasileiro promulgou a primeira lei proibindo a entrada de escravos africanos no país, prevendo pesadas penas para quem vendesse, transportasse ou comprasse africanos traficados em território brasileiro.

Entretanto, até a lei de 1850, as autoridades toleraram os horrores do tráfico. Mesmo condenado internacionalmente, mais de 750 mil pessoas foram contrabandeadas para o Brasil. Apesar do não cumprimento da lei de 1831, os comerciantes de africanos tiveram que buscar maior discrição para seus negócios e buscaram locais de desembarque afastados dos centros urbanos.

Em 4 de setembro de 1850, finalmente, uma nova lei, conhecida como Lei Euzébio de Queiroz, foi aprovada no Parlamento. Após sua promulgação, apesar da continuidade do contrabando, a repressão ao tráfico avançou significativamente até sua completa extinção.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Cafua das Mercês – São Luís – MA*

Construído em meados do século XVIII, na Praia Grande, antigo bairro das casas comerciais do Maranhão, a Cafua das Mercês era o antigo mercado de escravos que servia para receber os africanos que desembarcavam no Portinho e ali mesmo eram vendidos. O prédio possui fachada em estilo colonial com apenas uma porta principal cercada de seteiras que serviam como as únicas entradas de luz e ventilação. Hoje no local funciona o Museu do Negro, um espaço destinado à preservação da memória da presença africana no Maranhão.

Referência:

MUSEU CAFUA DAS MERCÊS (MUSEU DO NEGRO). Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Carolina Martins

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Rua do Bom Jesus (antiga Rua dos Judeus) –Recife – PE*

Desde o tempo da ocupação holandesa, a Rua dos Judeus era a mais importante do bairro do Recife, possivelmente em decorrência de seu traçado natural de velha estrada, que conduzia viajantes procedentes de Olinda. Passou a se chamar Rua do Bom Jesus, a partir de 1870. Embora não se saiba a localização exata, ali teria existido um mercado de escravos africanos, registrado pelo desenhista Zacharias Wagener (1614-1668) em sua obra “*Mercado de Escravos do Recife*”.

Referência:

SILVA, Maria Carolina Medeiros da. A presença judaica na urbanização do Recife nos séculos XVII e XX. *I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco*, 2007. Disponível em:

<http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/8a/Maria%20Carolina%20Medeiros%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Marcus Carvalho

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Cais da Cidade Baixa (Salvador - BA)*

Localizado na Cidade Baixa, no bairro portuário e comercial da antiga freguesia da Conceição da Praia, onde também ficava a alfândega. Ali eram recebidos os escravos desembarcados em Salvador antes da proibição do tráfico de africanos, promulgada pelo governo imperial em 07 de novembro de 1831. Mesmo antes e depois dessa data, o local também era utilizado para embarque de escravos e posterior distribuição na rota do tráfico interno.

Referência:

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal; Odebrecht, 2005.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Porto de São Mateus – São Mateus - ES*

O porto de São Mateus, às margens do rio homônimo, no extremo norte do Espírito Santo, era um porto fluvial muito próximo à costa atlântica brasileira, entre as províncias do Rio de Janeiro e da Bahia. Foi o principal escoadouro da produção agrícola regional, especialmente da farinha de mandioca (produzida em larga escala e base da economia regional) e do café das fazendas da região. Ao longo do século XIX, o porto tornou-se importante mercado de escravos e por ali entraram muitos africanos, mesmo após a promulgação da lei de 1850, quando foram estabelecidas novas medidas de repressão ao tráfico de africanos.

Referência:

RUSSO, Maria Do Carmo de Oliveira. Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1848/1889). *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-Graduação em História. Vitória, 2007.

Consultor: Adriana Pereira Campos / Maria do Carmo de Oliveira Russo

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Cais do Valongo – Rio de Janeiro - (RJ)*

Em 1774, o Vice-Rei Marquês do Lavradio determinou que passasse a ficar “fora dos limites da cidade” do Rio de Janeiro o comércio de africanos. O novo local escolhido para esse comércio foi o Valongo, entre a Pedra do Sal e a Gamboa. A ideia, com propósito de não contaminar a cidade, era isolar os recém-chegados que ali esperariam a venda para depois saírem diretamente pelo mar, através do Cais do Valongo e outros trapiches próximos. Estima-se que passaram pela região quase 1 milhão de africanos. A partir de 1831, com a proibição do tráfico de africanos pelo Governo Imperial, a entrada de escravos pelo Valongo diminuiu significativamente e os comerciantes tiveram que buscar maior discrição nos negócios de africanos. Procuraram locais mais seguros para o tráfico, em geral, em praias isoladas, mas não muito distantes dos pólos dinâmicos da economia brasileira, como as regiões cafeeiras do sudeste, que requisitavam mão de obra escrava africana.

Referência:

HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

Consultor: Claudio Honorato.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Cemitério dos Pretos Novos – Rio de Janeiro - (RJ)*

Os africanos recém-chegados (os pretos novos) que não conseguiam resistir aos sofrimentos da viagem tinham como destino final uma vala comum onde seus corpos eram depositados e incinerados.. O Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro registra, entre 1824 e 1830, um total de 5.868 mortes de pretos novos na Freguesia de Santa Rita. Em 1830, o cemitério foi fechado. Em função do aumento populacional da área, começou a ser criticado pelo fato de exalar mau cheiro pela região próxima e de gerar doenças na cidade. Os vestígios arqueológicos do Cemitério dos Pretos Novos foram recentemente descobertos, após obra de reforma em uma casa particular. No local foi criado o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. As investigações realizadas comprovaram a presença de uma população predominantemente jovem, originária da África Central.

Referência:

PEREIRA, José Julio Medeiros de S. *À flor da terra : O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2006.

Portal Arqueológico dos Pretos Novos. Disponível em: <http://www.pretosnovos.com.br>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Claudio Honorato

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Lazareto da Gamboa – Rio de Janeiro – RJ*

O Lazareto abrigava africanos que precisavam de quarenta, pois chegavam com moléstias epidêmicas ou contagiosas. A construção original, de 1810, foi realizada por três negociantes de escravos, João Gomes Valle, José Luiz Alves e João Álvares de Souza Guimarães. Os negociantes alegavam que a Ilha do Bom Jesus, local oficial para a quarenta, era muito distante do Valongo, causando prejuízos aos seus negócios. Por terem custeado a obra, recebiam, a título de ressarcimento, um aluguel no valor de 400 réis por cada escravo recolhido nas suas instalações. Localizado atrás do Monte da Saúde, na Gamboa, o lazareto teria capacidade para receber de uma só vez aproximadamente mil escravos. O edifício não existe mais, mas o terreno pertence ao Banco Central do Brasil.

Referência:

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o Mercado de Escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831. *Dissertação de Mestrado* - PPGH-UFF. Niterói, 2008.

Consultor: Cláudio Honorato

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Mercado do Valongo – Rio de Janeiro - (RJ)*

As atividades de recepção e manutenção do comércio de africanos escravizados, como alimentação, transporte, cura de doenças e enterramentos, envolveu o trabalho de muitos escravos e africanos. A Rua do Valongo (atual Rua Camerino), caminho entre a cidade e o cais, era o local dos barracões, galpões e sobrados, onde se amontoavam até 400 escravos em condições insalubres e desumanas.

Referência:

HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

Consultor: Claudio Honorato.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Ilha do Bom Jesus da Coluna - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro (RJ)

No início do século XVIII, a ilha foi doada aos franciscanos, que ali ergueram a Igreja do Bom Jesus da Coluna, nome pelo qual passou a ser conhecida, além de um hospício e um convento. Entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, o local recebeu milhares de escravos africanos, que tivessem contraído alguma moléstia durante a travessia do Atlântico. Os que se recuperavam eram enviados às lojas do Valongo. Os que não resistiam, eram sepultados no cemitério dos Pretos Novos. Durante o século XIX, as construções funcionaram como convento, hospital de isolamento de epidemias e asilo dos inválidos da pátria após a Guerra do Paraguai. Hoje, a área abriga o Santuário Militar de Bom Jesus da Coluna. A ilha é uma das seis que foram aterradas no início do século XX para criação da Ilha do Fundão. A Igreja é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

Consultor: Claudio Honorato.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Porto de Jaguarão – Jaguarão – RS*

Entraram pela antiga cidade portuária, situada no Rio Jaguarão, entre o Uruguai e o Brasil, inúmeros escravos, ao longo do século XIX, vindos de diversas regiões da África e do Brasil, para o trabalho nas charqueadas. Na antiga Praça do Comércio, hoje o Mercado Público da cidade, realizava-se o comércio de compra e venda de escravos. Jaguarão também era caminho para os escravos traçarem rotas de fuga e caminhos para a liberdade, ao longo do século XIX, no vizinho Uruguai.

Referência:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; LIMA, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: *Ensino de História no Conesul: Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras*. Jaguarão: Evangraf, 2012. p. 261-272.

Consultor: Keila Grinberg

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

2. Desembarque ilegal

Apesar da existência da lei de 1831, há muitas notícias sobre desembarques ilegais de africanos ao longo da costa brasileira, nas décadas de 1830 e 1840, em regiões distantes dos centros urbanos e mais protegidas da observação pública. Mesmo após a lei de 1850, há registros do contrabando de africanos em diversos locais do litoral brasileiro. Os desembarques ilegais, em geral em praias pouco frequentadas, contavam com apoio dos fazendeiros de áreas próximas ao litoral e da população local, além da tolerância das autoridades.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Barra de Catuama – Goiania – PE*

Em 17 de abril de 1837, o Diário de Pernambuco publicou uma carta defendendo o tráfico de escravos, apesar do comércio de africanos ter sido proibido pelo governo imperial em 07 de novembro de 1831. Notícias sobre desembarque ilegal de africanos pelo litoral de Pernambuco espalhavam-se rapidamente e atraíam compradores de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Alguns engenhos, localizados próximos ao litoral, foram utilizados como mercado de escravos. Dentro desse contexto, Barra de Catuama, próximo de Itamaracá e não muito distante de Recife, destacava-se como um dos pontos favoritos para desembarque clandestino de africanos.

Referência:

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A repressão tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 27, p. 151-167, 2009. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/33897_4314.PDF. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Marcus Carvalho

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ilha de Itamaracá – Itamaracá – PE*

Em 1846 um navio negreiro fracassou na tentativa de desembarcar em Barra de Catuama (PE), em local não muito distante de Recife, e foi parar numa das praias da Ilha de Itamaracá. Para conseguir aportar, o capitão do navio teve que vender 30 cativos. Para obter a anuência das autoridades locais no desembarque, negociou mais 11 africanos. Apesar de todas as negociações, uma porção da carga acabou sendo roubada pela população local. O que restou, foi apreendido pela polícia, junto com o dono da carga, sendo todos remetidos para o Recife. Porém, como o proprietário era uma pessoa influente, naquela mesma noite todos os africanos boçais aprisionados foram trocados por escravos crioulos, resolvendo o problema.

Referência:

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A repressão tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 27, p. 151-167, 2009. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/33897_4314.PDF. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Marcus Carvalho

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Praia de Porto de Galinhas – Ipojuca - PE*

Em abril de 1846, dizia o cônsul inglês em Pernambuco, que naqueles últimos dezoito meses todos os negreiros que tentaram desembarcar entre o Cabo de São Roque e o Rio São Francisco foram atacados pelas autoridades locais. A carga tomada, em parte ou totalmente, costumava ser redistribuída entre os próprios apreensores e aliados. Este foi o caso do iate *Mariquinhas*. A embarcação, que havia retornado do continente africano em janeiro de 1846, pertencia a um “notório” traficante de escravos, de acordo com o cônsul inglês. Ao chegar em Porto de Galinhas, sua carga foi simplesmente tomada e distribuída entre diferentes senhores de engenho. O cônsul inglês contou que até o dono da carga foi severamente surrado, só escapando de morrer porque eram tantos os assaltantes que terminaram batendo um no outro.

Referência:

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A repressão tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 27, p. 151-167, 2009. Disponível em:

http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/33897_4314.PDF. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Marcus Carvalho

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Baía de Camamu – Camamu – BA*

No dia 23 de outubro de 1886 o crioulo Bernardo, filho da africana Angélica, impetrou uma ação de liberdade contra seu senhor, o Capitão Domingos Francisco do Nascimento, através do curador Abdon Ivo de Moraes Vieira. O jovem alegou que sua mãe fora importada como escrava depois da proibição ao tráfico de africanos, ocorrida em 07 de novembro de 1831. De acordo com testemunhas, Angélica foi trazida da África pelo navio negreiro de Miguel Gahagem Champlone e desembarcada em um dos pontos de desembarque de africanos clandestinos que havia na Barra Grande de Camamu, sul da Bahia, sendo posteriormente vendida. O juiz Aristides José de Leão considerou a ação de Bernardo nula e seu procurador apelou da sentença. O processo foi remetido para o tribunal da Relação em 03 de maio de 1888, portanto às vésperas da abolição da escravidão (13 de maio de 1888). Felizmente para Bernardo a liberdade seria conquistada em poucos dias.

Referência:

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. 3º. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 1. p. 49-50. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Daniela Yabeta

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Ilha de Itaparica – Pontinha/Vera Cruz – BA*

Local onde se verificou aquele que teria sido o último desembarque de escravos na Bahia no período ilegal do tráfico transatlântico de escravos. Em 29 de outubro de 1851, a goleta Relâmpago, vinda de Lagos (Nigéria), tentou desembarcar cerca de 500 escravos, foi perseguida por um navio de guerra brasileiro, e encalhou na Pontinha, a alguma distância de onde existia o engenho do mesmo nome de Hygino Pires Gomes, para onde os cativos seriam levados. No desembarque precipitado, muitos africanos morreram afogados, outros de fome e exaustão em terra, obrigados a correr para fugir das autoridades. Apenas 285 sobreviveram.

Referência:

TAVARES, Luís Henrique Dias. *O desembarque da Pontinha*. CEB, 1971.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Bahia: Corrupio, 1988.

Consultor: João José Reis

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: Praia de Manguinhos e Buena – São Francisco de Itabapoana – RJ

Localidade também conhecida como “porto de Manguinhos” foi um importante local de desembarque clandestino de africanos mesmo após 1850. Além dos traficantes de escravos de São João da Barra, vila à qual pertenciam as praias de Manguinhos e Buena, a região também era utilizada para desembarque de africanos por traficantes de Quissamã, Bom Sucesso, Carapebus e Macaé.

Referência:

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos . Tráfico ilegal de africanos e conexões interprovinciais. In: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, Porto Alegre. *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/pereira%20walter%20luiz.pdf>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Daniela Yabeta

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Praia de José Gonçalves e Praia Rasa – Armação de Búzios – RJ

As praias de José Gonçalves e Rasa foram usadas como últimos pontos do tráfico clandestino de africanos na região do antigo Cabo Frio. Por ali foram desembarcados, entre 1844 e 1845, aproximadamente 7.040 africanos. O difícil acesso foi importante para a continuidade dos desembarques ilegais, mesmo com a intensificação do combate ao tráfico, após 1850. Os caminhos partiam dessas praias, atravessavam a serra, seguiam pela Baía Formosa, onde ficava a fazenda do traficante José Gonçalves (nome de uma das praias) e atingia Campos Novos, ponto final para revenda dos escravizados. A maioria dos africanos desembarcados nessas praias ia para as fazendas do norte fluminense. Entretanto, como muitos ficaram nas propriedades ligadas ao tráfico, ainda hoje existe grande concentração de afrodescendentes na região. Na afirmação de suas identidades, reivindicam a titulação do “Quilombo da Rasa” e constroem uma memória sobre os fatos ali ocorridos durante o cativo e o pós-abolição. Nas discussões para mudar o nome da praia, a população do quilombo optou pela manutenção de José Gonçalves.

Referência:

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*. Disponível em http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/nilma_accioli_pnap.pdf. Acesso em: 20 de julho, 2012.

CANTARINO, Eliane. Os negros da Rasa. *Relatório de identificação sobre a comunidade negra da Rasa de acordo com o artigo 68 ADTCF-CF/1988*. Rio de Janeiro: Convênio Fundação Cultural Palmares-MinC-ITERJ, 1998.

Consultor: Nilma Teixeira Accioli

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Catedral do Santíssimo – Campos dos Goytacazes - RJ

Na Igreja Matriz de São Salvador de Campos dos Goytacazes, atual Catedral do Santíssimo, os escravos da região eram batizados. Na primeira metade do século XIX, não obstante a ilegalidade do tráfico atlântico, após a lei de novembro de 1831, houve senhores que insistiram em continuar batizando os africanos adultos adquiridos clandestinamente. A combinação entre o apego senhorial à propriedade escrava e a preocupação de certos párocos no cumprimento do dever de erradicar o pecado original era maior que o temor do desrespeito à lei. Em 1832, por exemplo, foram batizados cerca de cento e noventa escravos africanos adultos; em 1835, quarenta e cinco africanos receberam o sacramento. Cinco anos depois, cento e setenta adultos foram batizados e, só a partir de 1845, os registros sobre africanos começaram a diminuir. Em virtude de flagrante irregularidade, os senhores que arriscaram se expor ao descumprimento da lei, declaravam aos párocos que haviam comprado os batizados em data anterior à referida lei de 1831. Alguns padres, receosos de alguma acusação de irregularidade, tomaram o cuidado de, por vezes, exigir a assinatura dos senhores ou de testemunhas nos registros de batismo.

Referência:

Livros de Batizados de Escravos, n.11 – 14 (1830-1851). Arquivo da Igreja Matriz de São Salvador

Consultor: Marcio Soares

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ilha da Marambaia – Mangaratiba – RJ*

Durante a segunda metade do século XIX, a Ilha da Marambaia pertencia ao comendador Joaquim José de Souza Breves e era utilizada por ele como porto clandestino de desembarque de africanos. Entre janeiro e fevereiro de 1851, foram apreendidos na localidade pela Polícia da Corte (oficiais de Marinha e imperiais marinheiros) mais de 650 africanos recém desembarcados, a maioria procedente da região do Congo, Angola e Benguela. Após a abolição (1888) e a morte do comendador (1889), os ex-escravos de Breves continuaram vivendo na Ilha. Hoje, as famílias descendentes desses ex-escravos, moradoras da Marambaia há várias gerações, tentam a titulação do território como remanescente de quilombo de acordo com o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Referência:

YABETA, Daniela. A capital do Comendador: a Auditoria Geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na Ilha da Marambaia (1851). *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Departamento de História. Rio de Janeiro, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão. Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo. Cia das Letras, 2012

Consultor: Daniela Yabeta

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Bracuí – Angra dos Reis – RJ*

A fazenda de Santa Rita do Bracuí, no litoral sul da Província do Rio de Janeiro, pertencia, no século XIX, ao comendador José Joaquim de Souza Breves. Na localidade, era produzida cachaça para o comércio com a África e eram recebidos os africanos recém-chegados da travessia atlântica. Em dezembro de 1852, às margens dessas terras, dois anos depois das novas medidas de repressão ao tráfico de africanos, o Brigue norte-americano Camargo fez desembarcar ilegalmente 540 africanos procedentes de Quelimane, Moçambique. Os africanos desembarcados na fazenda destinavam-se às plantações de café do alto da Serra, no Vale do Paraíba paulista e fluminense. Um caminho de terra pela Serra ligava o litoral a Bananal, município com inúmeras fazendas de café.

Referência:

ABREU, Martha. “O caso do Bracuí” In: MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo. (Orgs.) *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995. pp.167-195.

PESSOA, Thiago Campos. O Império dos Souza Breves: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores Joaquim e José de Souza Breves. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Departamento de História. Niterói, 2010.

Consultor: Thiago Campos

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Sítio Arqueológico São Francisco – São Sebastião – SP*

O Sítio Arqueológico de São Francisco teria sido um local intermediário (entre o além-mar e as plantações de café do Vale do Paraíba) no tráfico de escravos no período da ilegalidade, após 1831. Os objetos encontrados no local, contextualizados na dinâmica da região, permitem atestar as relações de africanos com a sociedade mais ampla, incluindo livres e pobres pertencentes à população caiçara local.

Referência:

Agostini, Camilla. Mundo Atlântico e Clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. *Tese de doutorado*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2011_Camilla_Agostini-S. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Bornal, Wagner Gomes. Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem. *Tese de doutorado*, São Paulo: USP, 2008. Acesso em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-10072008-095643/pt-br.php>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Camilla Agostini

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ilha do Bom Abrigo – Cananéia - SP*

Ilha do Bom Abrigo, nas proximidades das ilhas de Cananeia e Comprida, província de São Paulo, comprovadamente, recebeu africanos escravizados. O lugar, afastado dos grandes portos do tráfico e com litoral recortado, era alvo constante de suspeitas da polícia paulista por desembarque de africanos novos. Um “brigue todo negro” aportou ali em setembro de 1833, com o objetivo de reabastecimento, mas as autoridades suspeitavam de que o navio fazia contrabando de escravos em Cananeia e na vizinha baía de Paranaguá. Em 1850, um navio incendiado foi encontrado na Ilha. Tratava-se da barca *Trenton*, construída nos Estados Unidos e vendida em Vitória (ES) para José Rufino Gomes. O navio teve seu nome mudado para *Edelmonda*, foi despachado para o Rio de Janeiro e registrado como *Lembrança*, destinando-se ao comércio no Rio Grande do Sul. Na verdade, a embarcação foi à África e trouxe africanos, desembarcados na Ilha Grande e em Mangaratiba (RJ) e na Ilha do Bom Abrigo. No processo aberto na Auditoria Geral de Marinha colheram-se vários indícios do tráfico: varões de ferro nas escotilhas, grande quantidade de água, feijão e farinha, além de “uma porção de tangas já servidas (...) de que costumam usar os negros novos”.

Referência:

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas. Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

Consultor: Jaime Rodrigues

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Fortaleza da Ilha do Mel - Paranaguá - PR*

A baía de Paranaguá foi cenário para um dos episódios mais marcantes da história da repressão ao tráfico de escravos no Brasil, que ficou conhecido como “o incidente Cormorant”. O cruzeiro da marinha britânica Cormorant entrou na baía de Paranaguá em 29 de junho de 1850 em busca do brigue Sereia, que tinha desembarcado cerca de 800 africanos em Macaé (RJ) poucas semanas antes. Lá encontrou, ancorados na ilha da Cotinha, pelo menos cinco navios sendo preparados para a travessia transatlântica. Um excelente porto natural onde havia convivência das autoridades locais, a baía de Paranaguá servia de local de preparação de navios e também de desembarque de africanos desde pelo menos o final da década de 1830. Ao rebocar três navios para fora da baía em 1º de julho, o Cormorant foi atacado por tripulantes de navios negreiros instalados na fortaleza da Ilha do Mel. As notícias do incidente, classificado como uma afronta à honra nacional, aceleraram a discussão e aprovação da lei conhecida como “lei Eusébio de Queirós”, em 4 de setembro de 1850, pela qual o governo brasileiro assumiu a repressão ao tráfico de escravos com o qual havia sido até então conivente.

Referência:

Discurso Ministro Paulino José Soares de Sousa na Câmara dos Deputados em 15/07/1850, Anais da Câmara dos Deputados; Arquivo Nacional da Grã Bretanha, Série Foreign Office 420/11. Confidential Print. Correspondence respecting the Slave Trade of Brazil, Hudson para Palmerston, 27/7/1850;

LEANDRO, José Augusto. “Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá”, *Esboços*, Florianópolis, 10, 2003, p. 99-117.

Consultor: Beatriz Gallotti Mamigonian

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: Ilha do Campeche e Armação da Lagoinha – Florianópolis – SC

Desembarque ilegal de 200 africanos “pouco mais ou menos”, entre 5 e 6 de maio de 1851, vindos em um patacho denominado *Destro*, que cruzando por um ou dois dias entre a Ilha do Campeche e a Armação da Lagoinha os baldeou para iates que os levaram para diversos lugares da província. O patacho seguiu para armar-se no lugar dos Zimbros do Município de Porto Belo, mesmo após a lei de 4 de setembro de 1850, que tinha estabelecido novas medidas de repressão ao tráfico de africanos. O proprietário da Ilha e da Fazenda da Lagoinha era o 1o. Tenente da Armada Joaquim Salomé Ramos de Azevedo.

Referência:

Correspondência do Ministério da Justiça com as Províncias.

PP-SC p MJ 28/05/1851; PP-SC p MJ 16/05/1852, *Arquivo Nacional*, IJ1 886

Consultor: Beatriz Mamigonian

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Praia do Barco (Capão Alto ou Capão da Negrada) – Capão da Canoa – RS*

O desembarque clandestino de abril de 1852, procedido pelo navio Palmeira, é tido como o último afluxo de cativos oriundos da África para a província do Rio Grande do Sul, tendo ocorrido na Praia do Barco – localidade também chamada de Capão Alto ou Capão da Negrada –, no município de Capão da Canoa (então pertencente a Conceição do Arroio, atualmente denominada Osório). Relatos coletados junto a moradores da região – comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto – apontam para a existência de um naufrágio deste navio, e mesmo para a identificação de seus destroços em momentos de maré baixa. Segundo esta narrativa, alguns negros escaparam e se estabeleceram como livres na região. Não obstante, muitos teriam sido vendidos em um leilão clandestino e, posteriormente, alguns deles apreendidos como africanos livres pelas autoridades.

Referência:

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. ‘Boçais e malungos em terras de brancos – o último desembarque de Escravos nos arredores de Santo Antônio da Patrulha: 1852’ In BEMFICA, Coralia; et al (org.) *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula, um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

Consultor: Paulo Roberto Staudt Moreira/ Rodrigo de Azevedo Weimer/
Vinicius Pereira de Oliveira.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

3. Casas. Terreiros e Candomblés

A presença das religiões africanas no Brasil pode ser identificada em fontes históricas desde o início da colonização, quando os africanos chegaram ao Brasil por meio do tráfico transatlântico de escravizados. Procedentes principalmente da África Ocidental, atuais Nigéria e Benin, ou Central, atuais Angola, Congo e Moçambique, os recém-chegados procuraram recriar seu patrimônio cultural e religioso diante das novas condições de vida. Centros religiosos fundados ao longo do século XIX podem ser atualmente encontrados, evidenciando a impressionante vitalidade da tradição oral e das formas de organização religiosa dos povos africanos no Brasil.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Casa das Minas- Kwerebentan to Zomadonu - São Luís – MA*

A Casa Mina Jeje de São Luís foi criada pelos chamados minas, procedentes do Daomé, na primeira metade do século XIX. A Casa das Minas teria sido fundada pela rainha Nan Agontime, viúva do Rei Agonglô (1789-1797), vendida como escrava por Adondoã (1797-1818). A atual sede, na Rua de São Pantaleão, esquina com o Beco das Minas, teria sido fundada em 1847, em terreno comprado por libertos. Segundo a tradição oral, a primeira chefe da Casa foi Maria Jesuína. Durante a abolição e nas primeiras décadas do século XX, a Casa das Minas teria se expandido significativamente e encontrado apoio entre intelectuais maçons e libertos. A Casa das Minas foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2002.

Referência:

VERGER, Pierre. *Uma rainha africana mãe-de-santo em São Luís*. São Paulo: Revista USP, 6:151-158. Jun. Ago. 1990.

FERRETTI, Sérgio. *Repensando o Sincretismo no Brasil*. São Paulo/Edusp, São Luis/Fapema, 1995.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Terreiro do Pai Adão – Ilé Obá Ogunté - Recife – PE*

Localizado na Estrada Velha de Água Fria, no bairro de Água Fria, foi criado pela africana Inês Joaquina da Costa, Tia Inês, cujas primeiras notícias no Brasil datam de 1875. Tia Inês faleceu em 1905. Após sua morte, a casa de culto foi assumida pelo crioulo Felipe Sabino da Costa, mais conhecido como Pai Adão, cujos descendentes preservam o terreiro até hoje. Trata-se de antiga casa de culto nagô ainda em atividade, tombada por Decreto Estadual nº 10.712 de 5 de setembro de 1985.

Referência:

LINS, Anílson. *Xangô de Pernambuco: a substância dos orixás segundo os ensinamentos contidos no Manual do Sítio de Pai Adão*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

Consultor: Luiz Geraldo Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Casa de Tio Herculano – Laranjeiras – SE*

Embora Herculano tenha chegado a Laranjeiras na condição de escravizado, não se sabe ao certo quando conseguiu a liberdade. Ao falecer na mesma cidade, em 1907, revelou, através de seu inventário, que havia conseguido adquirir algumas posses. Dentre elas, destacava-se a casa que era sede do terreiro nagô que então dirigia, na rua Comandaroba. Nos documentos oficiais, Herculano aparecia como Herculano da Costa ou Herculano Barbosa, provável nome de família de seu antigo senhor. Herculano foi casado com Bernarda, com quem teve 8 filhos. Seus descendentes até hoje se encarregam da guarda dos santos. A Casa foi restaurada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2011.

Referência:

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Graal: Rio de Janeiro, 1988.

Consultor: Beatriz Góis Dantas

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Terreiro da *Casa Branca do Engenho Velho – Ilê Axé Iyá Nassô Oká*
- *Salvador – BA*

Primeiro Monumento Negro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1986. Segundo a tradição oral, os primeiros axés do candomblé ketu-nagô teriam sido plantados, nas primeiras décadas do século XIX, na Ladeira do Berquió, próxima da Igreja da Barroquinha, centro de Salvador. Na segunda metade do século XIX, o terreiro se transferiu para o Engenho Velho da Federação, então subúrbio da cidade, onde hoje se encontra. As primeiras lideranças foram das africanas libertas da Costa da África, Francisca Silva, conhecida como Iyá Nassô (título mais alto do culto de Xangô do Império de Oyó), e Marcelina Silva (Obatossi), sua sucessora. Ambas foram juntas à África, na década de 1830, mas apenas Marcelina retornou.

Referência:

CASTILLO, Lisa Earl e PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para a historiografia do candomblé Ketu. Salvador, Afro-Ásia, 36, 111-151, 2007. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia36_pp111_151_CastilloPares.pdf Acesso em: 15 de abril 2013.

SILVEIRA, Renato. *O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. 1. ed. Salvador: Edições Maianga, 2006. v. 1. 648p .

OLIVEIRA, Rafael Soares. *Feitiço de Oxum: um estudo sobre o Ilê Axé Iyá Nassô Oká e suas relações em rede com outros terreiros*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ciências Sociais, Salvador, 2005.

Consultor: Rafael Soares Oliveira e Lisa Earl Castillo

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Terreiro do Alaketu – Ilé Maroiá Laji- Salvador – BA*

Terreiro de nação nagô-ketu, fundado pela liberta Maria do Rosário, originária da aristocracia do reino de Ketu. Localizado no bairro de Matatu desde a década de 1830, quando Maria do Rosário e sua filha compraram terrenos na região, trata-se de um dos mais antigos candomblés da Bahia ainda em funcionamento. O terreiro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2005.

Referência:

SILVEIRA, Renato da. “Sobre a fundação do Terreiro do Alaketu”, *Afro-Ásia*, 29-30 (2003), 345-79. Disponível em:

http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n29_30_p345.pdf. Acesso em: 14 de novembro, 2012.

CASTILLO, Lisa Earl. “O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867” *Afro-Ásia*, 43 (2011), 213-259. Disponível em:

http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_43_LCastillo.pdf. Acesso em: 14 de novembro, 2012.

Consultor: Nicolau Parés

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Terreiro do Gantois – Ilé Iyá Omi Axé Iyamasse – Salvador – BA*

O Candomblé do Gantois teria sido fundado entre as décadas de 1860 e 1880, no alto do Gantois, bairro da Federação. A denominação Gantois provavelmente está associada ao fato do terreno ter sido arrendado de Eduardo Gantois, um conhecido traficante de escravos belga e dono de várias propriedades imóveis. Divergências ocorridas na linha sucessória da Casa Branca do Engenho Velho teriam motivado a criação do terreiro por Tia Julia, liberta nagô, casada com o africano liberto de nação jeje, Francisco Nazareth de Etra. Entre seus filhos, Maria Púlqueria da Conceição Nazaré sucedeu a mãe na liderança do terreiro por volta de 1910, conforme a tradição oral. Pulqueria faleceu em 1918, sendo substituída por uma irmã de sangue, Maria da Glória, e depois pela filha desta, Maria Escolástica da Conceição Nazaré (1894-1986), a Mãe Menininha. Como na Casa Branca, Oxóssi e Xangô ocupam lugares privilegiados no panteão.

Referência:

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

VERGER, Pierre F. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador/ São Paulo: Corrupio/ Círculo do Livro, 1981.

Consultor: Sarah Amaral/ Lisa Earl Castillo

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Terreiro do Bogum - Zoogodô Bogum Malê Hundó – Salvador – BA*

Terreiro de nação jeje-mahi, fundado no bairro do Engenho Velho da Federação. Está na ativa desde pelo menos a década de 1860, quando era liderado pelos africanos José Moraes, Isidoro Melandras e Raquel. Naquele período, existia uma estreita relação com o terreiro homônimo de Cachoeira (BA). Desde o início do século XX, sua liderança foi exclusivamente feminina. Recentemente foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC) e está em processo de tombamento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

DUARTE, Everaldo. “O terreiro do Bogum e o Parque São Bartolomeu”, in Ana Luzia MenezesFormigli et al. (orgs.), *Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura*. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998, pp. 19-22.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2007, pp. 196-97, 209.

Consultor: Nicolau Parés

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Roça do Ventura – Terreiro Zoogodô Bogum Malê Seja Hundé –
Cachoeira – BA*

Os africanos Tio Xareme e Ludovina Pessoa, em meados do século XIX, nas imediações da cidade de Cachoeira, no antigo caminho do Engenho do Rosário, fundaram a Roça de Cima, terreiro de nação jeje. No final desse século, Ludovina Pessoa, junto com sua filha de santo, Maria Luiza Sacramento, fundou na Roça do Ventura, vizinha da Roça de Cima, o Terreiro do Zoogodô Bogum Malê Seja Hundé, ainda em funcionamento.

Referência:

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2007, pp. 196-97, 209.

Consultor: Nicolau Parés

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Candomblé do Capivari – São Félix – BA*

Localizado a cerca de 6 km da cidade de São Félix, na margem direita do riacho Capivari, logo após a entrada do antigo Engenho de Nossa Senhora da Natividade da Fazenda Capivari. Foi fundado pelo africano Anacleto Urbano da Natividade Tosta, escravo nagô, e feitor do referido engenho. Tio Anacleto de Omolú foi autorizado pelo seu senhor a manter o terreiro após mostrar suas qualidades de “curador” na epidemia de cólera de 1860, que vitimou dezenas de escravos do plantel do engenho Natividade e das redondezas. O barracão foi construído em volta de um imponente pé de cajá consagrado ao orixá Irôco e, por isso, o terreiro é conhecido também como “candomblé do cajá”. Permanece na ativa até hoje.

Referência:

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2007, pp. 196-97, 209.

NASCIMENTO, Luiz Claudio Dias. “Terra de macumbeiros”. Redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2007.

Consultor: Nicolau Parés

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ilê Axé Opô Afonjá – Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ)*

O terreiro foi fundado em 1910, no bairro de São Gonçalo, por Eugênia Ana dos Santos (1869-1938), Mãe Aninha, filha de pai e mãe africanos. Conta-se que um terreiro anterior a 1910 foi fundado por Mãe Aninha, Bamboxé e Joaquim Vieira da Silva (Obasaniá), os dois últimos africanos, no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, em 1886. Um primeiro assentamento para Xangô Afonjá teria sido feito próximo à Pedra do Sal, Rio de Janeiro.

Referências:

ROCHA, Agenor Miranda. Os candomblés antigos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Mauad, 2000, p. 25

AUGRAS, Monique e SANTOS, João Baptista. “Uma casa de Xangô no Rio de Janeiro”. IN: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.), *Somàvo. O Amanhã nunca termina. Novos escritos sobre a religião dos voduns e orixás*. São Paulo, Empório, 2005.

Consultor: Nicolau Parés

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Pedra do Sal – Rio de Janeiro – RJ*

Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1987, a Pedra do Sal é considerada um marco cultural da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca. Como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como Pedra do Sal. Segundo o parecer do historiador Marcelo Moreira Ipanema, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, encontraram-se as Tias Baianas, soaram os ecos das lutas populares, das festas de candomblé e das rodas de choro. A Pedra do Sal sofreu um impressionante corte, na década de 1830, quando foi aberta a Rua Nova de São Francisco da Prainha (hoje Sacadura Cabral). Realizada com o braço escravo, a obra contou com a presença de muitos africanos, como Mariano Mina, Vicente Moçambique, Antonio Benguela, Antonio Congo, Manoel Mina e Ignacio Moçambique.

Referência:

MATTOS, Hebe e ABREU, MARTHA. Relatório Histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal: em torno do santo, do samba e do porto. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino. *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das Terra de Quilombo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, E-papers, 2012

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

4. Igrejas e Irmandades

A presença de africanos também pode ser identificada na prática da religião católica. Africanos de diversas procedências converteram-se, fundaram irmandades, participaram de festas e construíram igrejas em devoção aos santos católicos negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Benedito e Santo António do Categeró, mas, especialmente, à Nossa Senhora do Rosário. Por todo território, ao longo do período colonial e de todo o século XIX, o catolicismo tornou-se também africano. Para além do patrimônio arquitetônico, as inúmeras igrejas pertencentes a irmandades de “Homens Pretos”, como eram oficialmente chamadas, representam hoje marcos visíveis dos africanos no conjunto da população católica.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos –
Olinda - PE*

Localizada no bairro do Bonsucesso, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é fruto da religiosidade católica de matizes africanas dos primeiros séculos da colonização, sendo bem documentada a partir de 1627. As referências relativas à existência da irmandade que a construiu datam de meados do século XVI. Atualmente, além do culto católico, se processa diante dela um culto realizado por representantes de terreiros e maracatus da Cidade de Olinda na segunda-feira anterior à semana do Carnaval.

Referência:

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos* (Vol.5). 2ª. Ed. Recife. FUNDARPE, 1983, p. 31-32.

FREYRE, Gilberto. *Olinda. Segundo guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

Consultor: Luiz Geraldo Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – Recife - PE*

Criada no Bairro do Recife em 1654 e com capela erigida entre 1662 e 1667, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos tem, desde 1770, sua igreja localizada no mais populoso bairro da vila do Recife dos séculos XVII e XVIII, o de Santo Antônio. Sua Igreja, na rua Estreita do Rosário, foi palco dos mais vastos reinados negros da capitania de Pernambuco, os quais eram controlados desde fins do século XVII por “Angolas” e “Crioulos”. Como decorrência desses antigos reinados, dali partiam no século XIX os principais maracatus do Recife, a exemplo do Leão Coroado, fundado em 1863 e ainda hoje ativo.

Referência:

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, v. 44, n. 3, p. 77-96, 2003.

MACCORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antonio. Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife/São Paulo. Editora Universitária/Fapesp, 2005, p.61-93.

Consultor: Luiz Geraldo Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Igarassu –
Igarassu - PE*

O compromisso da irmandade data de 1706 e foi feito nos moldes do compromisso da irmandade do Rosário de Olinda (PE). Só poderiam fazer parte do grupo gente de cor preta, crioulos, crioulos da terra, angolas, cabo verde, são tomé e moçambique. O documento também estabelecia a instituição de um Rei Congo. Os reis do Congo eram eleitos entre africanos e sua condição era confirmada pelo chefe de polícia, que expedia um diploma ao eleito. As ruínas da Igreja são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O local foi palco da coroação de Maria Sérgia de Santana (1898-2003), conhecida como D. Mariú, rainha do Maracatu Nação Estrela Brilhante.

Referência:

COSTA, Augusto Pereira. O folclore pernambucano. *Revista IHGB*, tomo 50, Parte 1, 1907.

Consultor: Isabel Guillen

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Lagarto - SE*

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Lagarto teve seu compromisso enviado à Mesa de Consciência e Ordens em 1771, mas, provavelmente, foi criada em período anterior. O início da construção da Igreja do Rosário remonta ao final do século XVIII. Através do compromisso da Irmandade, foi possível identificar a presença de africanos.

Referência:

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, província de Sergipe (1850-1888). Dissertação de Mestrado.* UFBA, Salvador, 2004. Disponível em: http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/ENTRE_FARINHADAS_PROCISSOES_E_FAMILIAS.pdf Acessado em: 28-07-2012.

Consultor: Magno Francisco de Jesus Santos/ Ane Luíse Silva Mecnas Santos.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Igreja de Nossa Senhora dos Pretos - Laranjeiras - SE

Principal palco das celebrações afro-católicas de Sergipe, o local recebe todos os anos o encerramento da festa dos Santos Reis, onde se apresentam as taieiras e se realiza a coroação de sua rainha, líder do terreiro nagô Santa Bárbara Virgem. Diversos grupos de Laranjeiras e demais municípios sergipanos também se apresentavam com cacumbis, guerreiros, samba de pareia e o São Gonçalo. A igreja foi construída por duas irmandades de africanos: a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito.

Referência:

DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1974.

DANTAS, Beatriz Góis. O sagrado e o profano na festa de São Benedito em Laranjeiras. In: NASCIMENTO, Baulio (org) *Anais do Simpósio do Folclore, o sagrado e o profano*. Aracaju: SEC, 1999.

Consultor: Beatriz Góis Dantas

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Igreja do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão - SE

A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão foi fundada em 1686. A Igreja, financiada pela Irmandade, foi concluída em 1746. Através da composição da mesa administrativa de seu compromisso, foi possível identificar a presença de angolas e crioulos. Além da irmandade do Rosário dos Homens Pretos, a referida Igreja abrigou, no século XIX, outras duas irmandades de africanos e seus descendentes: Senhor das Misericórdias e São Benedito.

Referência:

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos & SOGBOSSI, Hippolyty Brice. Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário da cidade de São Cristóvão (1860-1880). *Revista do IHGSE*. Nº 37. Aracaju, 2007, p. 51-69. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br/revistas/37.pdf> Acessado em: 27-01-2012.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE, século XIX. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Consultor: Magno Francisco de Jesus Santos / Ane Luíse Silva Mecnas Santos

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Pelourinho –
Salvador – BA*

Localizada na Praça José de Alencar, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi erguida às Portas do Carmo, atual Pelourinho, no ano de 1685. Africanos da nação angola estiveram presentes desde a fundação e dividiam com os crioulos a direção da Irmandade.

Referência:

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

Consultor: João José Reis

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Rua João Pereira– Salvador - BA*

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Rua João Pereira foi aprovado no ano de 1768. Escravos angola e crioulos dividiam os cargos administrativos de juízes, mordomos e procuradores. Os cargos de tesoureiro e escrivão eram exclusivos dos brancos, porém, no ano de 1784, o padre Joaquim Álvares, denunciou às autoridades que os irmãos planejavam ocupar esses cargos.

Referência:

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

Consultor: João José Reis

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Cachoeira – Cachoeira –
BA*

A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário de Cachoeira (BA) foi fundada no início do século XVIII e entre seus membros havia africanos nagôs, conforme consta em sua documentação. Em 1796, os irmãos dessa irmandade solicitaram à rainha D. Maria I (1734-1816) licença para construírem a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Em anexo à Igreja, conhecida como Rosarinho, existe até os dias atuais o cemitério dos pretos, fundado pelos irmãos do Rosário e assim denominado pela comunidade. A igreja esta localizada no Largo do Rosarinho, s/n, bairro do Rosarinho, em Cachoeira.

Referência:

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

Consultor: João José Reis

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Santo Amaro – Santo Amaro
– BA*

A capela de Nossa Senhora do Rosário de Santo Amaro foi construída pela Irmandade do mesmo nome em 1784. Através da análise de seu estatuto, foi possível identificar a presença de africanos de nação angola e também crioulos nos quadros administrativos, como juízes e procuradores. A referida Igreja localiza-se na Praça Comendador Sampaio, em Rosário, município de Santo Amaro (BA).

Referência:

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

Consultor: Lívia Nascimento Monteiro

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Diamantina –
Diamantina - MG*

Localizada no Largo do Rosário, é a Igreja mais antiga da cidade de Diamantina. Foi fundada por volta de 1731 pela Irmandade do Rosário, constituída por cativos crioulos e de diferentes procedências africanas, destacando-se principalmente os minas.

Referência:

SCARANO, Julieta. *Devoção e Escravismo. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura- Companhia Editora Nacional, 1975.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Mariana – Mariana – MG

No século XVIII, após a descoberta do ouro na região de Minas Gerais, muitos africanos, de diferentes procedências, foram trabalhar nas minas e organizaram irmandades do Rosário. Em Mariana, a Irmandade do Rosário teria sido formada por minas, sudaneses, angolas e benguelas, como registra o livro de entrada de irmãos de 1753. A Igreja está localizada na Rua do Rosário.

Referência:

BORGES, Célia Aparecida Resende Maia. *Devoção branca de homens negros: As Irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII. Tese de doutorado.* Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós Graduação em História. Niterói, 1998.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São João del Rei – São João Del Rei – MG

Em 1708, foi instituída a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, cujos devotos se reuniam na antiga capelinha de Nossa Senhora do Pilar. Em 1719, a Irmandade recebeu autorização para erguer templo próprio, o que de fato ocorreu a partir de 1720, na Praça Embaixador Gastão da Cunha. Em 1753, a Igreja sofreu alguns acréscimos e remodelações, adquirindo suas dimensões atuais. Nos livros de entradas de irmãos, do final do século XVIII e início do XIX, encontram-se registros de escravos e libertos de diversos grupos de procedência, além de crioulos: minas, angolas, congos e, principalmente, benguelas.

Referência:

BRÜGGER, S.M.J. e OLIVEIRA, A.J.M. de. “Os Benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (séculos XVIII e XIX)”. *Revista Tempo*, vol.13, n.26, Depto. de História da UFF, Niterói, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v13n26a10.pdf. Acesso em: 08 de novembro, 2012.

Consultor: Silvia Brügger

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Santa Efigênia ou de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Ouro Preto (MG).*

Atribui-se a construção da igreja a Chico Rei. Segundo a tradição oral, muito presente nas cidades mineiras, Chico Rei, líder de uma nação africana, teria conseguido enriquecer a partir do trabalho na Mina Encardideira em Ouro Preto, primeiro como cativo e depois proprietário. Na Igreja realizam-se até hoje as coroações de reis negros, festejos conhecidos como congados, que relembram a história de Chico Rei e de reinos africanos. Está localizada à rua Santa Efigênia, no bairro de Alto da Cruz).

Referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Depoimento de Pedrina de Lourdes Santos, liderança do congado de Oliveira, cidade do interior mineiro. Entrevista realizada por Fernanda Pires Rubião. Oliveiras (MG), setembro 2007. In: RUBIÃO, Fernanda Pires. Os Negros do Rosário. Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950-2009). *Dissertação de Mestrado*. PPGH História. UFF, 2010.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santa Luzia –
Luziânia – GO*

O arraial de Santa Luzia, atualmente Luziânia, no entorno do Distrito Federal, ficava na rota do ouro e na estrada do comércio de escravos africanos vindos da Bahia, Grão-Pará e Maranhão. Era a entrada para a Capitania de Goiás e passagem para as grandes regiões auríferas. A presença africana em Santa Luzia foi significativa no século XVIII e pode ser representada pela construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, entre 1760 e 1763. Hoje o edifício é sede do Museu Histórico e Geográfico do Planalto.

Referência:

ALVARES, Joseph de Mello. *História de Santa Luzia- Luziânia*. Brasília: Ed. Independência, 1979

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luiz. *Patrimônio Histórico de Goiás*. Ed. Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Prómemória – Brasília, 2ª Ed. Revista – 1987.

Consultor: Antônio César Caldas Pinheiro

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: Igreja de São Elesbão e Santa Efigênia – Rio de Janeiro - RJ

Inaugurada em 1754, a Igreja pertence ainda hoje à irmandade devota a Santo Elesbão e Santa Efigênia, que havia sido fundada um pouco antes, em 1740. Diferente da Irmandade do Rosário, foi sempre uma pequena congregação que reunia africanos vindos da Costa da Mina, os chamados negros minas. Para além do patrimônio arquitetônico, o templo representa a presença africana no conjunto da população escrava convertida ao catolicismo durante a vigência da escravidão. A Igreja tem como endereço a rua da Alfândega, número 219, no Centro do Rio de Janeiro.

Referência:

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Consultor: Mariza Soares

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Igreja do Rosário e São Benedito – Rio de Janeiro – RJ

As devoções do Rosário datam da primeira metade do século XVII e estão entre as mais antigas agremiações dos então chamados “homens pretos” (escravos e forros). No Rio de Janeiro, os devotos do Rosário se juntaram aos de São Benedito e inauguraram sua igreja em 1725. Durante a vigência da escravidão, a Igreja do Rosário foi um importante espaço de congregação da população africana, escrava e livre que frequentava as festas de Nossa Senhora do Rosário. Em 1967, a igreja sofreu um grande incêndio, que destruiu a parte interna do prédio. Localizada na Rua Uruguaiana, número 77, no centro do Rio de Janeiro, o espaço abriga hoje um pequeno museu com objetos e documentos relativos ao tempo da escravidão e à participação da Irmandade no movimento abolicionista.

Referência:

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Consultor: Mariza Soares

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Nossa Senhora dos Pretos de Taubaté – Taubaté – SP*

A Irmandade do Rosário dos Pretos de Taubaté teria começado num pequeno altar na Igreja Matriz. No início do século XVIII, a Igreja foi construída e existe até hoje na Rua do Rosário, a pouca distância da catedral de São Francisco de Assis. A documentação – livros dos termos de mesa e livro de entrada de irmãos, principalmente do século XIX, encontra-se depositada na Divisão de Museus e Patrimônio Histórico de Taubaté. As atas da eleição que se fez no ano de 1805/1806 indicam a presença de africanos, entre eles Miguel Monjolo e Miguel Congo. No Vale do Paraíba de São Paulo ainda foram construídos outros templos ligados aos escravos e africanos recém-chegados, como a Capela do Rosário de Bananal e a Igreja do Rosário de Guaratinguetá, hoje, entretanto, destruídas.

Referência:

RIBEIRO, Fábيا Barbosa. Caminho da piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX. *Tese de Doutorado*. História Social, USP, 2010.

Consultor: Cristina Wissenbach/ Fábيا Barbosa Ribeiro

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo – São Paulo – SP

Fundadas em 1715, a Igreja e a Irmandade foram transferidas do Largo do Rosário em 1904, quando o templo foi demolido e o logradouro rebatizado com o nome de Antonio Prado, prefeito de São Paulo entre 1900 e 1910. Hoje a área é ocupada por um prédio comercial, BM&Bovespa. A desapropriação iniciara-se na década de 1890 pelas residências dos irmãos forros e libertos e pelo cemitério da Irmandade, em terrenos limítrofes à Igreja. A justificativa para as demolições eram os batuques ocorridos após as missas. Transferida para o Largo do Paissandu, desde o início do século XX, a Igreja e sua Irmandade mantêm-se como palcos de celebrações negras.

Referência:

História das ruas de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Disponível em:

<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>

Acesso em: 09 de novembro, 2012.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890 – 1915)*. São Paulo: Annablum e Fapesp, 1998.

Consultor: Jaime Rodrigues

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – Florianópolis*
– SC

Uma capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi erigida em meados do século XVIII no lugar onde hoje se encontra a Igreja de mesmo nome, na rua Marechal Guilherme, número 60. A Irmandade foi fundada na vila de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), pouco antes. A partir de 1841, tomou o nome de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Fundada por africanos libertos e escravos, constituiu-se como a primeira associação de africanos e seus descendentes na Ilha de Santa Catarina. A Igreja, que permanece com suas características arquitetônicas originais, foi construída entre 1787 e 1830. A Irmandade, atualmente ativa, ainda possui os seus arquivos, com documentação a partir do final do século XVIII até hoje.

Referência:

Santa Afro Catarina. Programa de Educação Patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina. Roteiro “*Devoção ao Rosário e Festa de africanos na Ilha*”. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/p/roteiros.html>. Acesso em: 08 de novembro, 2012.

Consultor: Henrique Espada Lima

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

5. Trabalho e Cotidiano

O cotidiano no período colonial e ao longo do século XIX foi marcado pela presença de africanos, de diferentes procedências, nas mais diversas regiões e atividades. Há registros de seu movimento nos inúmeros locais de trabalho das cidades, das minas de ouro e das fazendas. Sua atuação estendia-se pelas estradas, praças, feiras, mercados públicos e, até mesmo, em uma das poucas indústrias existentes no país, a Fábrica de Ferro Ipanema. Nesses locais de trabalho, criaram possibilidades de transformação da própria escravidão.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Praça do Pelourinho de Alcântara – Alcântara – MA*

A coluna de pedra que se ergue hoje no Centro Histórico de Alcântara, reconhecido como Patrimônio Histórico Nacional, é um marco da autonomia municipal e da aplicação da Justiça do período colonial. Construído em frente ao edifício da Câmara ou na Praça Municipal, ficou conhecido como local de castigo aos que infringiam as leis, especialmente africanos e escravizados. Após a Proclamação da República, o Pelourinho, entendido como símbolo do poder imperial e escravista, teria sido removido do local, retornando apenas muito tempo depois com objetivo de estabelecer um marco de memória sobre um período da História do Brasil.

Referência:

PANDOLFO, Sergio Martins. Pelourinho de Alcântara (MA). *Relíquia da Memória Histórica Nacional*. Disponível em:

<http://www.sergiopandolfo.com/visualizar.php?id=2474582>. Acesso em: 12 de novembro, 2012.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Beco Catarina de Mina – São Luís – MA*

Com sua escadaria de 35 degraus em pedra de lioz, está localizado no Centro Histórico de São Luís. O local recebeu este nome em homenagem à Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina, uma famosa negra escrava da capital maranhense. Da região da Costa da Mina (Golfo da Guiné) na África, Catarina Mina conseguiu comprar sua alforria graças ao dinheiro conseguido com muito trabalho e serviços prestados aos comerciantes portugueses da Praia Grande. Liberta, tornou-se uma grande comerciante de farinha e senhora de escravos.

Referência:

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão: a Colônia. Vol. 1.* São Luís: Instituto Geia, 2006.

Consultor: Carolina Martins

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Árvore Baobá – Nísia Floresta – RN*

Sobre o Baobá que se destaca no centro da cidade de Nísia Floresta, antiga Papary, existe uma lenda que representa a presença africana na região, marcada no passado pelo movimento de muitos engenhos e pelo trabalho escravo. Contam que um navio negreiro vinha da África e afundou nas proximidades da Praia de Camurupim, em Papary. Um negro conseguiu se salvar, embrenhando-se na mata, acabando por chegar próximo à Igreja Matriz. Ali ele plantou uma semente que trazia em sua matula, dizendo: - “Aqui nascerá a árvore símbolo do meu país!”. O tempo passou e ali cresceu o Baobá, que está hoje em frente à rodoviária da cidade.

Referência:

Luis Carlos Freire, <http://nisiastoreporluiscarlosfreire.blogspot.com>

<http://chaopotiguar.blogspot.com/2010/08/nisia-floresta.html>

Consultor: Beatriz Mamigonian

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Mercado da Praça da Preguiça – Salvador - BA*

Localizado na Praia da Preguiça, onde passa atualmente a Avenida Contorno, na antiga freguesia da Conceição da Praia, no pé da ainda hoje chamada Ladeira da Preguiça. Na antiga feira livre, reuniam-se negras vendedeiras, muitas delas africanas empregadas no comércio de peixe e outros produtos de alimentação ao longo do século XIX.

Referência:

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro, Versal, 2005.

Consultor: João José Reis

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: Ruínas da Senzala do Engenho da Freguesia - Candeias- BA

O antigo Engenho Freguesia, atual Museu do Recôncavo, mas hoje fechado, está localizado na enseada do Caboto, à margem da Baía de Todos os Santos, reunindo no mesmo local expressivo patrimônio construído e natural. De meados do século XVIII, o conjunto é constituído pela Casa Grande e Capela anexa. A edificação da Fábrica está em ruínas e há vestígios da senzala. Ali trabalharam diversos escravos trazidos da África para a próspera região de Candeias. O Engenho da Freguesia, considerado um dos mais produtivos de todo o Recôncavo no século XIX foi um dos primeiros lugares no Brasil voltados para a economia açucareira.

Referência:

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. 2ª Ed. São Paulo: CEN//Brasília, INL, 1982.

Consultor: João José Reis.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ruínas da Senzala do Engenho Vitória – Cachoeira – BA*

Em 1812, período de plena expansão da economia açucareira, inicia-se a construção do engenho por Pedro Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. No grande engenho, movido a água, trabalhavam centenas de escravos, muitos deles africanos, que tinham que se dividir em duas pequenas senzalas. Em 1827, o engenho foi palco de uma revolta de escravos, morrendo o feitor e seu irmão. A casa grande e a fábrica do engenho estão em ruínas. O local das antigas senzalas forma hoje uma pequena vila.

Referência:

Stuart Schwartz. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Mina de Ouro do Chico Rei – Ouro Preto – MG*

A mina de ouro Encardideira é conhecida como mina de Chico Rei. Segundo a memória popular, Chico Rei teria sido rei africano antes de ser vendido com sua família para o Brasil. Tornou-se escravo do Major Augusto de Andrade Góis, proprietário da Encardideira. Uma versão da tradição oral sobre Chico Rei registra que, ao conseguir juntar algumas pepitas de ouro, depois de cinco anos, comprou sua alforria, a de 35 cativos, inclusive seu filho, e a própria mina, que passou a explorar com seus companheiros. Com os recursos, construiu a Igreja do Alto da Cruz em Vila Rica, onde aconteciam as coroações do rei Congo.

Referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Depoimento com Pedrina de Lourdes Santos, liderança do congado de Oliveira, cidade do interior mineiro. Entrevista realizada por Fernanda Pires Rubião – Oliveiras (MG), setembro de 2007. In: RUBIÃO, Fernanda Pires. Os Negros do Rosário. Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950-2009). *Dissertação de Mestrado*. PPGH, UFF, 2010.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Sítio Arqueológico do Morro de Santana – Mariana – MG

Trata-se de um expressivo lugar de memória da escravidão em Minas Gerais composto por um sítio arqueológico e uma comunidade de afrodescendentes. O primeiro inclui uma vasta rede de galerias subterrâneas, tanques de lavagem, ruínas de casas e capela, e objetos como cadinho, balança e antigos cachimbos. Essas relíquias são cuidadosamente mantidas pelos moradores tradicionais do morro, auto-declarados descendentes diretos dos africanos escravizados e antigos garimpeiros da região. Atualmente, tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um pedido de tombamento do sítio arqueológico. Tal pedido é acompanhado de um minucioso dossiê sobre o conjunto paisagístico dos morros de Santana e Santo Antônio.

Referência:

GONÇALVES, Andrea Lisly. OLIVEIRA, Ronald Polito. *O termo de Mariana: história e documentação*. vol. II, Ouro Preto, Imprensa da UFOP, 2004, p. 294-311.

Consultor: Cláudia Damasceno Fonseca

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Senzala da fazenda Santa Clara - Santa Rita de Jacutinga- MG*

O casarão de Santa Clara teria sido construído na segunda metade do século XVIII. A fazenda foi uma das maiores propriedades rurais do século XIX. Suas construções impressionam o visitante ainda hoje. Além de grande produtora de café, a fazenda teria sido um ponto importante de comercialização de africanos escravizados. A senzala, na parte lateral da casa grande, ainda está de pé e apresenta janelas pintadas, que dão a idéia de continuidade com o casarão, enganando quem de longe avista a grande construção. O casarão ainda mantém uma sala de castigos, situada na parte de baixo, onde estão preservadas as correntes e objetos como pranchões de madeira usados para prender os escravos.

Referência:

DVD Memórias do Cativo. Direção Acadêmica Hebe Mattos e Martha Abreu. Labhoi, 2005. <http://ufftube.uff.br/video/M2GWDYGDBYU7/Mem%C3%B3rias-do-Cativo>

Site consultado: <http://www.turismoaledocafe.com/2010/12/fazenda-santa-clara-santa-rita-de.html>. Acessado em 10 de abril 2013.

Consultor: Eline Cypriano/ Vanessa Gonçalves

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Chapada dos Negros – Arraias – TO*

Região ocupada originalmente pelo povo indígena Jê, foi invadida pelos bandeirantes paulistas, em busca de ouro a partir de 1730. Com a descoberta do minério, a migração foi intensa para a Chapada, que, acolheu cerca de 10 mil pessoas entre senhores e escravos. Na cidade de Arraias, são diversas as construções que a tradição oral atribui aos trabalhos dos cativos, na sua maioria africanos da Costa da Mina. O nome Chapada dos Negros deve-se ao grande contingente de mão de obra escrava africana e negra que trabalhava na exploração das minas de ouro da região.

Referência:

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. Goiânia: Kelps, 2007.

Consultor: Juciene Apolinário

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Caminho do Ouro – Paraty – RJ*

A Estrada Real é hoje um importante trajeto turístico dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Parte dela foi destruída, mas alguns segmentos ainda puderam ser recuperados para fins turísticos. O primeiro trajeto desta estrada foi aberto no final do século XVII e por ali passaram os exploradores que subiram a Serra da Mantiqueira em direção a Minas Gerais, onde o ouro foi descoberto na última década daquele século. O caminho aberto foi então chamado Caminho do Ouro porque por ele descia o minério levado para o Rio de Janeiro, e de lá para Lisboa. Mas esse era ainda o caminho dos escravos que subiam serra acima para trabalhar nas lavras e nos serviços auxiliares da mineração. A maioria desses escravos era formada por africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro e reenviados a Paraty para de lá subir a serra a pé, geralmente carregando mercadorias, até seu destino final.

Referência:

Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. pp. 76-77.

Consultor: Mariza de Carvalho Soares

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Fazenda dos Beneditinos – Duque de Caxias – RJ*

A fazenda do Iguaçu integrava um complexo de propriedades rurais e urbanas pertencentes à Ordem de São Bento do Rio de Janeiro. Em 1591, Jorge Ferreira doou aos beneditinos uma ilha no rio Iguaçu e mais duzentas braças sertão adentro. Sua filha, Marquesa Ferreira, doou, em 1596, meia légua de terras em Iguaçu com fazenda, roças, pomares e casas de telhas. Nela, como em outras propriedades da ordem, os monges empregavam a mão-de-obra mista, contando com índios e africanos. Na fazenda de Iguaçu, em 1653, os beneditinos possuíam 25 gentios da terra, que trabalhavam ao lado de 30 peças de gentio da Guiné e crioulos mulatos, e 28 escravas da Guiné.

Referência:

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580-c. 1690. *Tese de doutorado*. Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2011.

Roteiros do Museu Vivo do São Bento:

http://visiteduquedecaxias.com.br/roteiro/8919_roteiros-do-museu-vivo-do-sao-bento

Consultor: Denise Vieira Demétrio

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Fazenda Lordelo – Sapucaia – RJ*

Propriedade particular situada em Sapucaia, no Vale do Paraíba, pertenceu a Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos maiores estadistas do Império, e a sua esposa (respectivamente marquês e marquesa de Paraná). As terras foram adquiridas a partir de 1836 e foram dedicadas ao cultivo de café. A mão de obra inicial foi composta por 26 africanos livres cujos serviços tinham sido concedidos ao casal dentre aqueles resgatados de navios negreiros, emancipados e postos sob tutela do Governo Imperial. Depois o casal adquiriu escravos africanos, supostamente ladinos, mas provavelmente importados depois da proibição do tráfico em 1831. Embora tenha sempre explorado o trabalho compulsório de africanos livres e africanos importados por contrabando, o grande senhor explicava o enriquecimento pela eficiente administração da mão de obra, com trabalho por tarefa e remuneração das horas extras, além de valorizar seu senso de economia e vida sem luxo.

Referência:

El-Kareh, Almir Chaiban, “O marquês de Paraná: o político e o fazendeiro”. In: *O Marquês de Paraná*. Brasília: FUNAG, 2004, 15-30

Consultor: Beatriz Mamigonian

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Senzala da Fazenda Machadinha – Quissamã - RJ*

As terras da Fazenda foram adquiridas em meados do século XVIII por João Carneiro da Silva, contratador de diamantes da Coroa Portuguesa. No local, foram construídos engenhos de açúcar. A Fazenda Machadinha é formada pela casa grande, que está em ruínas, e por antigas senzalas preservadas pelos próprios moradores, descendentes de africanos e escravos que permaneceram no local após a abolição, em 1888. Em 2001, a Prefeitura de Quissamã desapropriou todo esse conjunto, restaurou as antigas senzalas e criou o Memorial sobre a origem dos negros de Quissamã e a Casa das Artes. As ações fazem parte do Projeto Raízes do Sabor. O fado, o jongo e o boi malhadinho são expressões culturais dos descendentes de antigos escravos da fazenda.

Referência:

MACHADO, Fábio da Silva (2005). Fazenda Machadinha: memória e tradições culturais em uma comunidade de descendentes de escravos. *Dissertação de Mestrado*, Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais/PPHPBC-CPDOC.

Site consultado: <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/turismo/complexo-cultural-fazenda-machadinha>.

Consultor: Livia Monteiro

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Zungú – Rio de Janeiro - RJ*

A casa de número 13 do Largo da Prainha, até hoje visível, parece ter abrigado reuniões conhecidas como zungús. Em 1883, a polícia da Corte teria ali prendido diversos trabalhadores portuários, participantes de zungús. Nas casas de zungú eram preparadas as refeições com angu, que serviam para alimentação dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, eram espaços coletivos improvisados ou alugados, frequentados por africanos e seus descendentes, onde procuravam reproduzir suas práticas musicais e religiosas. Desde o início do século XIX, os zungús foram proibidos e reprimidos pela polícia, como indicam as posturas municipais, mas conseguiam resistir. Nas reuniões de zungús os africanos ocupavam posições estratégicas de liderança.

Referência:

SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

ARANTES, Erika Bastos. O Porto Negro: cultura e trabalho o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. *Dissertação de Mestrado*, Unicamp, 2005.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Estrada Velha de São Paulo – Santos – SP*

A partir do início do século XIX, para facilitar o trânsito entre São Paulo e a cidade portuária de Santos, começaram a ser reformados trechos de um antigo caminho. Em suas primeiras fases, a construção da estrada contou com o trabalho de escravos alugados de particulares, libertos, escravos da nação, além de colonos suíços, alemães e portugueses. A partir de 1851, grupos grandes de africanos livres foram transferidos da Casa de Correção do Rio de Janeiro para as obras em São Paulo. No alto da serra, surgiu um povoado habitado majoritariamente por africanos livres, denominado Zanzalá. Nas encostas da Serra do Cubatão também surgiram quilombos. A estrada entre São Paulo e Santos serviu, desde o começo, como rota de fuga de escravos que procuravam abrigo nos diversos quilombos existentes em Cubatão e Santos. Dentre os mais famosos, destacaram-se o do Jabaquara, organizado por abolicionistas, e o de Pai Felipe, organizado por escravos.

Referência:

ENIDELCE Bertin, “Reivindicações e Resistências: o não dos africanos livres”.

AfroÁsia, 40, 2009. Disponível em:

http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/EnidelceBertin_Reivindicacoes%20e%20Resistencia.1.pdf. Acesso em: 11 de novembro, 2012.

MACHADO, Maria Helena P. T., *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. 2ª. edição, São Paulo:EDUSP, 2010.

Consultor: Enidelce Bertin/ Maria Helena Pereira Toledo Machado

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Floresta Nacional de Ipanema (Real Fábrica de Ferro) – Iperó – SP*

Administrada pelo Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente, inclui reserva ecológica, fazenda e prédios históricos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, siderúrgica fundada em 1810 por D. João VI. Nela trabalhavam especialistas e oficiais europeus, mas também escravos da nação e, a partir de 1835, africanos livres (africanos resgatados do tráfico ilegal e emancipados com base na legislação de repressão ao tráfico). Na Fábrica de Ferro de Ipanema, em 1837, havia 121 escravos da nação e 48 africanos livres. Em 1851, eram 152 africanos livres, boa parte deles casados, e 17 na condição de filhos. Muitos dos escravos da nação e africanos livres do serviço da Fábrica de Ferro foram transferidos para recém-fundada Colônia Militar de Itapura, em 1860, o que desativou o trabalho da Fábrica.

Referência:

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência Escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro de São João Ipanema, 1828-1842”, *Afro-Ásia*, Salvador, v.18, p. 7-32, 1996. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p7_ocr.pdf. Acesso em: 12 de novembro, 2012.

Consultor: Beatriz Mamigonian

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Praça da Liberdade (antigo Largo da Forca) São Paulo- SP*

A atual Praça da Liberdade já foi conhecida como Largo da Forca, onde foram suplicados muitos escravos e africanos sentenciados. Atualmente, a Igreja de Santa Cruz dos Enforcados e a Capela de Nossa Senhora dos Aflitos são representantes de um complexo cultural afro-brasileiro de religiosidade e romaria. A edificação da Igreja dos Enforcados, a partir de uma cruz e um velário, teria sido motivada após execução do famoso soldado negro santista, cabo Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, em 20 de setembro de 1821. Chaguinhas teria liderado uma revolta por melhores soldos para os militares nacionais na época da Independência. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora dos Aflitos, erguido em 1779, em local bem próximo ao Largo da Forca, dedicado a receber majoritariamente escravos e suplicados, que não conseguissem enterramento nos adros das igrejas. No centro do cemitério ergueu-se a Capela dos Aflitos, que continua no mesmo lugar. Os terrenos do cemitério foram leiloados em 1885, sendo preservados apenas o Beco e a Capela dos Aflitos, que ainda hoje é um centro de romaria popular. O cemitério nunca foi escavado.

Referência:

AMARAL, Antonio Barreto do, *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980, pp. 109, 125 e 230.

VILHENA, Maria Angela, “Os Mortos estão Vivos: Traços da Religiosidade Brasileira”, *Revista de Estudos da Religião (REVER)*, n.3, 2004, pp. 103-131. Disponível : http://www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_vilhena.pdf. Acesso em: 11 de novembro, 2012.

Consultor: Maria Helena P. T. Machado

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Comunidade Quilombola Guajuvira – Cariúva – PR*

A origem da comunidade remanescente de quilombos de Guajuvira vincula-se naturalmente à escravidão, mas por vias tortas. Efetivamente, sua origem decorre da trajetória de um casal de africanos livres, do qual descende a maior parte dos atuais membros da comunidade. Formado por Rita Francisca dos Impossíveis e Thomé Rodrigues Ferreira, o casal de africanos livres chegou ao Paraná na primeira metade do século XIX. Foram, então, alocados no aldeamento de São Jerônimo, onde conviviam com índios, com outros africanos livres e com escravos da nação. Rita e Thomé, após sua emancipação, em 1864, receberam seus lotes em 1867. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 2005. Atualmente, os quilombolas de Guajuvira tentam a certificação do território onde vivem há várias gerações.

Referência:

PORTO, Liliana; KAISS, C.; COFRE, I. Quilombolas, Agentes Estatais e Proprietários. Impactos da Compreensão da Alteridade em Disputas Políticas em Guajuvira. In: *26a. Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008, Porto Seguro. Anais da 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

Consultor: Luiz Geraldo da Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Invernada Paiol da Telha – Guarapuava – PR*

No século XIX, este território era parte da fazenda Capão Grande distrito de Pinhão (Guarapuava – PR). A Invernada foi doada por sua proprietária, Balbina Francisca de Siqueira, aos seus escravos e agregados articulados por laços familiares, em testamento de 1860 e inventário de 1865. A maioria desse grupo era formada por crioulos, mas havia também homens e mulheres africanos entre eles. Ao tomarem posse das terras em 1866, inicia-se paralelamente o processo de expropriação. Atualmente, os descendentes dos libertos reivindicam a titulação de suas terras como remanescentes de quilombo, as quais se acham apropriadas no âmbito da Fazenda Fundão, de propriedade da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. A antiga invernada localiza-se no Distrito de Pedro Lustosa, Município de Pinhão.

Referência

HARTUNG, M. F. *O sangue e o espírito dos antepassados. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR*. Florianópolis: NUER, 2004.

Consultor: Luiz Geraldo Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Porto de Desterro e Mercado Público – Florianópolis (SC).*

No Porto de Desterro, nas primeiras décadas do século XIX, desembarcavam africanos escravizados, vindos principalmente do Rio de Janeiro. Ali também trabalhavam cativos e libertos africanos, carregando e descarregando os navios de passagem. Em janeiro de 1851, foi inaugurado o primeiro Mercado Público de Desterro, no alinhamento da Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), junto ao mar: era um prédio retangular térreo, com portas nos quatro lados, que davam acesso ao espaço onde os vendedores alugavam 12 “casinhas” nos nichos cobertos. O aluguel das casinhas do Mercado era proibido aos escravos, que, no entanto, podiam atuar como quitandeiros e quitandeiras entre os vãos de suas colunas. Luiz Congo, Esperança Cabinda, Josefa Caçange, Zeferida Calabá, e Maria Mina, entre outros, deixaram seus nomes para a posteridade nos livros de registro da Câmara Municipal ao pagar os devidos impostos pela venda de produtos de quitanda no Mercado.

Referência:

Santa Afro Catarina. *Programa de Educação Patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina*. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Popinigis, F. “Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro.” In Mamigonian, B.G., Vidal, Joseane Zimmerman (org.). *História diversa – africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2013.

Consultor: Vitor Hugo Cardoso e Fabiane Popinigis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Capela de Sant'Anna – Florianópolis – SC*

A capela foi construída na praia da Armação, em 1772. Desde então, apesar de ter sofrido várias alterações, mantém-se como templo religioso. Atualmente, também se destaca como atração turística do balneário. Integrava o conjunto de construções da Armação de Sant'Anna da Lagoinha para caça e beneficiamento do óleo de baleia na costa leste da Ilha de Santa Catarina. A mão de obra da Armação era composta por trabalhadores livres e escravizados que partilhavam tarefas no mar e em terra. Os documentos da Armação Baleeira da Lagoinha registram que dezenas de africanos lá trabalharam, provenientes de diferentes regiões da África e identificados como Congo, Moçambique, Mina, Benguela, Magume, Agumi, Quisamia, Rebolo, Cabinda, Camundá, Molumbo, Mogume. Muitos desses africanos e seus filhos foram batizados na Capela de Sant'Anna entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Referência:

VEIGA, Eliane Veras da (Org). *Guia digital Florianópolis*. Florianópolis: IPUF, 2003.

ZIMMERMAN, Fernanda. O funcionamento da Armação baleeira na Lagoinha: hierarquia do trabalho e controle de escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). UFSC. *Trabalho de Conclusão do curso de História*. Florianópolis, 2006.

Consultor: Andréa Ferreira Delgado

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Fazenda da Tapera da Barra do Sul – Florianópolis – SC*

A propriedade compreende parte de um conjunto histórico-arqueológico datado de fins do século XVIII e início do XIX. A casa de fachada portuguesa, que ainda existe, integrava um complexo arquitetônico com engenhos de farinha, açúcar e café, alambiques, ranchos de canoa, olaria, senzala, capela, cemitério e porto. Um dos primeiros moradores foi o capitão das tropas de auxiliares, Antonio José da Costa, importante senhor de escravos e negociante da Praça do Desterro, atual Florianópolis. A mão de obra utilizada nessas atividades agrícolas era de escravos africanos e de seus descendentes.

Referência:

SILVA, Oswaldo Paulino da. Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina, parte sul. *Dissertação em História*, Porto Alegre: PUC-RS, 1996.

Consultor: Vitor Hugo Cardoso

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Sítio das Charqueadas – Pelotas – RS*

O sítio das charqueadas, tombado pelo Patrimônio Cultural do Estado em 2003, situa-se às margens do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Ali foram estabelecidas cerca de 30 charqueadas, todas elas utilizando trabalho escravo até 1850. A metade destes trabalhadores era de africanos, pelo que se pode perceber pelos batismos nos livros da Igreja. Nestas charqueadas, os escravos trabalhavam seis meses por ano nas matanças de animais e demais atividades com a carne. Nos outros seis, eram empregados na construção civil na cidade ou em olarias. Mesmo nas charqueadas preservadas, há poucos vestígios das senzalas. Apenas na de São João existe uma parede que pertenceu a uma delas.

Referência:

GUTIERREZ, Ester J.B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª Edição. Pelotas. Editora Ufpel, 2001.

GUTIERREZ, Ester J.B. *Bairro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Ed. Ufpel, 2004.

Consultor: Beatriz Loner

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

6. Revoltas e Quilombos

Se Palmares foi o maior símbolo da resistência contra a escravidão na sociedade colonial, variadas foram as formas de luta direta contra o sistema escravista. Fugas, organização de quilombos e revoltas aconteceram em qualquer local onde houvesse escravidão. Mesmo que não tenham tido êxito completo, esses movimentos transformaram a dominação e deixaram notícias das ações e caminhos dos africanos rumo à liberdade, ao longo do período colonial e do século XIX.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Negro Cosme/ Balaiada – Vale do Itapecuru - MA*

A revolta do Cosme durante a Balaiada é a maior insurreição de negros da história do Império do Brasil. Entre dois a três mil quilombolas acompanharam Cosme Bento das Chagas (?-1842) no auge de sua luta pela liberdade dos escravizados, e pelos direitos dos camponeses e vaqueiros pobres. Dom Cosme era nativo do Sobral, no Ceará, e forro. Apesar dele e muitos quilombolas serem “crioulos”, havia entre eles também muitos africanos, como se observa pelas listas dos presos. Eram Angolas, Congos, Cambindas, Mandingas e Nagôs. Desde antes da Balaiada, escravos fugidos tinham se aquilombado nas “matas de Codó”, no Ceará, em lugares ainda não identificados. Durante a Balaiada Cosme estabeleceu seu quartel general na fazenda da Lagoa Amarela, próximo aos rios Munim e Mearim no Maranhão, Vale do Itapecuru. Ele foi preso com os últimos remanescentes do seu exército no dia 7 de fevereiro 1841. Cosme foi condenado à forca por um tribunal na vila e cabeça de comarca do Itapecuru-Mirim (Maranhão) e executado, na Praça do Mercado, em setembro 1842.

Referência:

ARAUJO, Maria Raimunda, *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme, Tutor e Imperador da Liberdade*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, “Cabanos contra Bem-te-vis: A construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841)”. In: *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Mary del Priore & Flávio dos Santos Gomes, editores. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2003, pp. 195-225.

Consultor: Matthias Röhrig Assunção

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Quilombo do Catucá/ Malunguinho – Recife – PE*

O quilombo do Malunguinho começava nas imediações de Recife e margeava a fronteira agrícola da zona da mata norte, entre 1817 e 1835. Com evidente organização, os quilombolas dividiam-se em vários grupos espalhados pelas matas do Catucá, agindo em conjunto ou separadamente. Malungo é palavra de origem banta, tronco linguístico de ampla área da África centro-ocidental, e poderia significar “meu barco” ou “camarada de embarcação”. Malunguinho foi o nome atribuído ao líder do quilombo, provavelmente africano, e tornou-se designação para todo escravo insurreto, assim como entidade sagrada nos cantos da Jurema.

Referência:

CARVALHO, Marcus. *Liberdade. Rotinas e Rupturas*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1998;

CARVALHO, Marcus. *O Quilombo de Malunguinho. O Rei das Matas de Pernambuco*. In: REIS, João José e GOMES, Flavio Santos. *Liberdade por um Fio. Histórias dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

Consultor: Marcus Carvalho

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Quilombo dos Palmares* – União de Palmares - AL

No sítio arqueológico da Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizava o antigo quilombo, hoje se situa o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. As primeiras referências históricas aos mocambos dos Palmares datam de princípios do século XVII, período de consolidação da produção de açúcar no Brasil e do uso de mão-de-obra escrava africana. A influência de formas de organização de reinos africanos da região do Congo-Angola na estrutura política de Palmares tem sido aventada por historiadores. As negociações de paz entre o governador de Pernambuco Pedro de Almeida e o líder de Palmares, Ganga-Zumba, em 1678, seguiram o protocolo político das guerras travadas pelos portugueses com os reinos africanos vizinhos à colônia portuguesa em Luanda. Zumbi teria sido o último chefe militar dos mocambos e acabou sendo derrotado pelas tropas do sertanista Domingos Jorge Velho, em 1695. Desde então, ainda que com diferentes ênfases, Palmares e Zumbi transformaram-se em ícones da resistência negra à escravidão, mesmo que o quilombo fosse marcado por intensa troca cultural entre africanos, seus descendentes, os povos nativos da América e os colonos moradores dos povoados vizinhos ou foragidos da guerra entre portugueses e holandeses. Desde o final do século XX, 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, foi transformado em Dia Nacional da Consciência Negra.

Referência:

GOMES, Flavio. *Palmares*. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

LARA, Silvia H. Marronnage et pouvoir colonial. Palmares, Cucaú et lêsfrontières de lalibertéau Pernambouc à lafinduXVIIesiècle. *Annales*(Paris), v. 67, p. 639-662, 2007.

<http://serradabarriga.palmares.gov.br/>.

Consultor: Hebe Mattos

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Quilombo do Buraco do Tatu - Salvador – BA*

Quilombo destruído em 1763, habitado por duas centenas de escravos, muito bem protegido com fossas e caminhos falsos. Os quilombolas sobreviviam de agricultura e pesca, mas também de assaltos nas estradas e do saque a fazendas vizinhas, levando grande instabilidade às áreas agrícolas próximas e provocando, frequentemente, forte reação repressiva. Provavelmente, localiza-se hoje em sítio do mesmo nome, na atual Estrada Velha do Aeroporto, que liga a BR 324 ao bairro de São Cristóvão.

Referência:

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, camponeses e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 2001

REIS, João José Reis & GOMES, Flavio Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Engenho Santana – Ilhéus – BA*

Localizado nas margens do Rio do Engenho, no município de Ilhéus, os escravos desse grande engenho se levantaram em duas ocasiões, 1789 e 1824, em ambas formando quilombos. No primeiro episódio, os rebeldes submeteram ao senhor um tratado com as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Dentre elas, o reconhecimento de direitos ligados às condições de trabalho e de vida: diminuição do volume de tarefas, o cultivo de roças de subsistência, eleição do feitor e celebração de festa, sem que fosse necessário pedir licença.

Referência:

SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil”. *Hispanic American Historical Review*. v 57, n. 1 (1979), 69-81.

REIS, João José Reis & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Bairro de Itapoan – Salvador – BA*

Um dos mais importantes levantes de escravos africanos na Bahia, levado a cabo principalmente por escravos de origem haussá, muçulmanos na sua maioria, teve como epicentro a vila de Itapoan, então cercada por fazendas e armações de pesca de baleia. Localizada no litoral norte da cidade de Salvador, Itapoan foi atacada pelos rebeldes, em 28 de fevereiro de 1814, que em seguida rumaram para o Recôncavo, com o objetivo de expandirem a revolta. Um contingente da cavalaria e milicianos controlaram os revoltosos, depois de grande combate às margens do Rio de Joanes.

Referência:

SCHWARTZ, Stuart. Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos Haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José e GOMES, Flavio Santos (ogs.). *Liberdade por um Fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ladeira da Praça - Salvador – BA*

Próximo ao pé da ladeira da Praça, em frente ao atual Quartel General do Corpo de Bombeiros, na casa de dois libertos nagôs, teve início, na madrugada do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, a Revolta dos Malês, que é considerada a mais importante feita por escravos urbanos nas Américas. Foi organizada por africanos iorubás (chamados nagôs no Brasil), adeptos do Islã (os malês), mas contou com a participação de negros não muçulmanos, escravos e libertos, e alguns de outras nações que não os nagôs. Estima-se que os rebeldes tenham sido em torno de seiscentos, cerca de cinquenta morreram em combate e nove pessoas foram mortas por eles.

Referência:

REIS, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês, 1835*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Campo da Pólvora – Salvador - BA.*

Em 14 de maio de 1835, no Campo da Pólvora, quatro africanos foram fuzilados, cumprindo-se assim a pena de morte a que tinham sido condenados por participação na Revolta dos Malês, ocorrida em janeiro do mesmo ano. Os corpos de Jorge da Cruz Barbosa (nome africano Ajahi, nagô, liberto, carregador de cal), Pedro (nagô, carregador de cadeira, escravo do comerciante inglês Joseph Mellors), Gonçalo (nagô, escravo de Lourenço de tal) e Joaquim (nagô, escravo de Pedro Luis Mefre) foram enterrados numa cova comum de um cemitério vizinho destinado a indigentes escravos e livres.

Referência:

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês, 1835*. 2^a Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Largo do Pelourinho - Salvador – BA*

Localizado no Centro Histórico de Salvador, na antiga freguesia da Sé, o local foi durante o período colonial palco de suplício de homens livres e, sobretudo, de africanos escravizados que tivessem cometido crimes individuais ou participado de revoltas.

Referência:

REIS, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês, 1835*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Consultor: João José Reis

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Carrancas – Cruzília – MG*

A revolta de Carrancas eclodiu nas propriedades da família Junqueira, na freguesia de Carrancas, em 13 de maio de 1833, sob a liderança do escravo Ventura Mina. O movimento começou na Fazenda Campo Alegre (não existe atualmente) e alastrou-se para a fazenda Bela Cruz, onde escravos das procedências crioula, mina, cassange, angola, benguela, congo e moçambique, invadiram a casa grande e mataram diversos membros da família Junqueira. As principais lideranças da revolta foram os escravos Joaquim Mina, Jerônimo, Roque Crioulo e Damião. Dezesete escravos foram presos e condenados à pena de morte por enforcamentos e outros quatro por açoites e ferros.

Referência:

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

Consultor: Silvia Brugger

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga – Cavalcanti, Monte Alegre e Terezina – GO

Em 1722, os bandeirantes Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva Ortiz deram início ao ciclo minerador no cerrado, tendo sido a mão de obra africana o motor propulsor dessa estrutura. Os africanos que chegaram à região vinham do porto de Santos (SP), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), provenientes da região do Congo, Angola e outras localidades próximas da costa oeste da África. Muitos desses escravos fugiram do trabalho das minas e estabeleceram quilombos. A população Kalunga é uma comunidade negra rural formada por descendentes desses quilombolas. Localizado no nordeste goiano, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga possui 237 mil hectares. A comunidade Kalunga ocupa as áreas periféricas da Chapada dos Veadeiros e abriga mais de quatro mil pessoas, sendo a maior comunidade remanescente de quilombo do Brasil.

Referência:

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. *Kalunga: Povo da Terra*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás (GO), 2006.

Consultor: Daniela Yabeta

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Manoel Congo – Vassouras/Paty do Alferes – RJ*

Em 5 de novembro de 1838, nas terras do Capitão-mor Manuel Francisco Xavier, um grupo de aproximadamente 80 escravos, fugiu para as matas próximas, conhecidas como matas de Santa Catarina. No percurso, roubaram mantimentos e equipamentos e uniram-se a escravos de outras fazendas. Pretendiam construir comunidades quilombolas. Entre todos os fugitivos, a maior parte era composta por africanos. O pânico entre autoridades e fazendeiros motivou uma rápida organização do aparato militar. Ainda em novembro de 1838, muitos fugitivos tinham sido mortos, presos e castigados. Manoel Congo, escravo com ofício de ferreiro, foi denunciado como o líder da revolta e o único a ser condenado à morte. Seu enforcamento foi em Vassouras, em 6 de setembro de 1839, em local conhecido como Largo da Pedreira e hoje transformado em memorial.

Referência:

GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro*. Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Quilombo Maria Conga – Magé - RJ*

Identificada e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2007, a comunidade que se identifica como Remanescente de Quilombo Maria Conga forma um bairro bem próximo ao centro de Magé, cidade localizada no fundo da Baía da Guanabara. Registros oficiais da prefeitura reconhecem a importância histórica do local para o município, pois Maria Conga, que teria chegado ao Brasil no início do século XIX e fundado ali uma comunidade de fugitivos, representa a luta pela liberdade dos africanos e seus descendentes. Ao longo do século XIX, a região do Recôncavo da Guanabara foi marcada pela presença de muitos quilombolas que mantinham intensa relação com escravos de plantações, taberneiros e remadores de cidades próximas, formando uma complexa rede social de apoio a fugas.

Referência:

<http://mapadecultura.rj.gov.br/mage/quilombo-maria-conga>

GOMES, Flavio. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro*. Século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

7. Patrimônio Imaterial

A presença dos africanos no Brasil contemporâneo pode ser identificada na vivência de um patrimônio cultural, expresso em memórias, músicas, versos, cantos, danças e performances, associado aos marcos de sua História. A valorização recente do patrimônio imaterial por políticas públicas culturais tem proporcionado maior visibilidade à herança africana no Brasil, assim como maior reconhecimento do passado escravo e negro. O patrimônio imaterial africano é reconstruído por diversas comunidades e torna-se bandeira de luta por direitos e afirmação da identidade negra.

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Tambor de Criola – MA*

O tambor de crioula é uma manifestação cultural afro-maranhense que combina música, dança e devoção a São Benedito. Para sua execução usa-se uma parrelha de três tambores de tronco de madeira (meião, crivador e tambor grande), a matraca sendo opcional. A dança, exclusiva das mulheres, é caracterizada por uma coreografia com muitos giros e a umbigada denominada “punga”. Em alguns municípios do interior, os homens praticam a “punga dos homens”, na qual um homem dança, parado num lugar, enquanto o outro tenta derrubá-lo. As origens do tambor de crioula remontam aos batuques do tempo da escravidão, mencionado por cronistas como Frei Francisco dos Prazeres. Uma descrição mais pormenorizada, destacando suas principais características, encontra-se no Pantheon Maranhense de 1873-75. O Tambor de Crioula foi reconhecido em 2007 como patrimônio da cultura imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

FERRETTI, Sergio F. Tambor de Crioula: festa de preto. *Revista Universitária*, São Luís, v. 2, n.2, p. 83 - 93, UFMA, 1979.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins (Org.). *Tambores da Ilha. São Luís*, , 2006. Disponível em: <http://portal.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=719>. Acesso em: 06 de novembro, 2012.

Consultor: Matthias Röhrig Assunção

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Maracatu – Recife - PE*

De acordo com o folclorista pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), o maracatu era a expressão que mais evidentemente reunia “usos e costumes africanos”. Na segunda metade do século XIX, os maracatus, representando cortejos régios, começaram a marcar presença nos carnavais através de suas associações festivas. Em Recife (PE), no Pátio do Terço, situava-se a casa das tias do Terço (Sinhá, Yayá e Badia), importante terreiro da religião nagô. D. Santa, uma importante rainha do Maracatu Elefante, costumava passar na casa de Badia durante o carnaval para prestar-lhe as devidas homenagens. É ainda no Pátio do Terço, local da Igreja de Nossa Senhora do Terço, que são realizadas as apresentações dos grupos de maracatus na Noite dos Tambores Silenciosos, realizada toda segunda-feira de carnaval em homenagem aos ancestrais escravizados.

Referência:

LIMA, Ivaldo Marciano França. Entre Pernambuco e a África. Histórias do Maracatu Nação do Recife e a espetacularização da cultura popular. *Tese de doutorado*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2010.

Consultor: Isabel Guillen

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Samba de Roda – Recôncavo - BA*

O Samba de Roda é uma manifestação cultural afro-baiana que reúne música, dança e performance. É no Recôncavo baiano, antiga zona açucareira e de grande concentração de população africana e afrodescendente, que encontramos os mais tradicionais grupos de samba de roda. Seus integrantes, em geral, possuem laços familiares e de convivência cotidiana em espaços de trabalho e moradia. Preservado pelos sambadores e sambadeiras, o samba de roda possui um repertório musical e coreográfico próprio, que conta e canta a trajetória das populações negras na Bahia. Seus ritmos enchem as ruas das cidades e vilas do Recôncavo durante festas religiosas do calendário afro-brasileiro. O samba de roda é parte do patrimônio da cultura imaterial do Brasil, com o reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referência:

Secretaria da Cultura, Governo Federal. Samba de roda do Recôncavo baiano – *Dossiê de Registro do samba de roda do Recôncavo baiano*.: Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=723>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Wlamyra Albuquerque

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Capoeira – Rio de Janeiro / Salvador – RJ*

Durante o século XIX, no Rio de Janeiro, maltas de capoeiras marcavam a vida de diversos locais da cidade, acompanhavam as procissões, as eleições, faziam-se presentes nas ruas estreitas, nos largos e praças e no cotidiano urbano. Embora pudessem ser encontrados portugueses e brancos pobres na capoeira, 70% dos indivíduos presos por capoeira no início do século XIX eram africanos e, em sua maioria esmagadora, escravos. As mais importantes maltas eram as das freguesias do Santíssimo Sacramento e do Campo de Santana, no centro da cidade. Jogos de combate entre africanos, escravos e negros também são atestados na Salvador oitocentista por artistas como Rugendas e viajantes como Wetherell. Em 1856, este último registra “pretos brigando com suas mãos abertas”, mas sem sérios danos. As marcas da luta eram os saltos, além dos braços e pernas em movimento.

Referência:

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ABREU, Frederico José de. *Capoeiras. Bahia, século XIX. Imaginário e documentação*. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

Consultor: Suzana Barbosa/ Matthias Röhrig Assunção

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Congado – MG, RJ, SP*

A coroação de reis e rainhas negras é uma expressão cultural e devocional dos africanos e seus descendentes, que marcou a vida colonial e do Brasil nos séculos XIX e XX. Atualmente, as coroações dos reis congos, conhecidas como Congados, são mais evidentes nas cidades mineiras. A festa da cidade de Ouro Preto, que celebra a história de Chico Rei, acontece no mês de outubro, e é organizada pelas irmandades de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, herdeiras do patrimônio construído pelos africanos. Diversos elementos dos congados expressam uma identidade católica que se relaciona ainda hoje com tradições centro-africanas.

Referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Ticumbi – São Mateus e Conceição da Barra - ES*

Também conhecido como baile de congo, o Ticumbi é o mais tradicional folguedo em comemoração a São Benedito. Na região norte do Espírito Santo, os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, mantêm há mais de 200 anos a tradição do Ticumbi. Durante os bailes, as danças e encenações remetem-se à história de reis africanos, dramatizando suas guerras e rememorando as tensões sociais nas lutas pela liberdade. A festa começa dia 30 de dezembro e termina dia 1º de janeiro com uma apresentação em frente à Igreja de São Benedito.

Referência:

NEVES, Guilherme S. - Ticumbi. *Série Cadernos de Folclore nº 12*, Rio, Funarte, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. 9ª edição. São Paulo: Global, 2000.

Consultor: Adriana Pereira Campos / Sandro Silva

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Jongo – RJ, SP, MG, ES*

Em 2005, o Conselho Consultivo do Instituto Histórico do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), aprovou o registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil por considerá-lo representante do legado dos povos africanos de língua bantu escravizados no sudeste. Reunido dança em roda, desafios, tambores e fogueira, o jongo é praticado por diversas comunidades de descendentes de africanos. Na comunidade remanescente de quilombo de São José da Serra (Valença – RJ), realiza-se, nos meses de maio e novembro, um dos mais importantes encontros de jongueiros do sudeste.

Referência:

LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo (orgs). *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. História, Memória e Patrimônio. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/historia-memoria-e-patrimonio>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Consultor: Martha Abreu

Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Local: *Comunidades remanescentes de quilombo*

Até o ano de 2012, a Fundação Cultural Palmares certificou, desde a Constituição de 1988, mais de 1.500 comunidades quilombolas, consideradas hoje patrimônio cultural e imaterial do Brasil. Essas comunidades, formadas por descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos para o Brasil, lutam pela titulação de territórios ocupados coletivamente. Seus direitos estão garantidos pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e pelo Decreto 4887, de 2003. Este último regulamentou “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos” a partir da “autodefinição da própria comunidade”, entendendo-as como “grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A memória da escravidão, do tráfico, da África e do pós-abolição fortalece as reivindicações pela garantia do território.

Referência:

O'DWYER, Eliane Cantarino . Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Tomo (UFS), v. 11, p. 43-58, 2008.

<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>

Observatório Quilombola. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/>.

Consultor: Daniela Yabeta